



Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

RESOLUÇÃO Nº 015/90

03 de maio de 1990.

Ato da Presidência:

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

DATA: 03.05.90

SÚMULA: Altera a redação da Resolução nº 52, de 21 de novembro de 1989, conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - O artigo 8º da Resolução nº 52/89, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Os atuais ocupantes do cargo de Taquígrafo "A" e "B", ficam classificados nos cargos de Taquígrafo Revisor "A", com nível Universitário e Taquígrafo "B".

Parágrafo Único - Aos ocupantes dos cargos de Taquígrafo Revisor "A", e Taquígrafo "B" fica atribuída a gratificação de verba de representação respectivamente no percentual de 80% (oitenta por cento), e 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico".

Art. 2º - O quadro do Grupo Ocupacional Técnico Legislativo do Anexo I da Resolução nº 52/89 passa a vigorar com a seguinte estrutura:

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO LEGISLATIVO

.....
Secretário
de Comissão SC-1 25 Curso de 2º Grau

Taquígrafo
Revisor "A" TQ-2 10 Curso de Taquí-
grafia com ní-
vel Universitá-
rio

Taquígrafo "B" TQ-1 10 Curso de Taquí-
grafia

.....

Art. 3º - O cargo em Comissão de Procurador-Geral deste Poder, previsto no § 2º do Artigo 243, da Constituição Estadual, será remunerado com vencimentos iguais aos do Procurador Geral do Estado.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1990. Palácio "Dezenove de Dezembro", em

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1990 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrarini Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada dos Senhores Deputados)

28 Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 94/90

Curitiba, 25 de abril de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, com base no disposto no artigo 18, da Lei Estadual n.º 9173, de 27 de dezembro de 1989, até o montante de Cr\$ 15.351.332.451,00 (quinze bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros).

Esclareço que as presentes alterações são decorrentes dos seguintes parâmetros para a atualização das receitas de recolhimento descentralizado:

- atualização em 200% dos recursos em virtude da defasagem dos Orçamentos Próprios para o exercício de 1990;
- incorporação de recursos resultantes da Loteria Instantânea de Resultado Imediato, instituída pelo Decreto n.º 6567, de 15 de fevereiro de 1990;
- incorporação de recursos provenientes de superávit financeiro apurado nos balanços das entidades no exercício de 1989;
- excesso de arrecadação em recursos próprios; e
- remanejamento de dotação orçamentária da

Curitiba, quinta, em 03.05.90

Fundação Universidade Estadual de Londrina no valor de Cr\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil cruzeiros).

Saliento que o presente anteprojeto de lei substitui o enviado através da mensagem n.º 56/90.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 9173 de 27 de dezembro de 1989, até o valor de Cr\$ 15.351.332.451,00 (quinze bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros), aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, à conta de receitas de recolhimento descentralizado, de acordo com o disposto no artigo 18 da Lei Estadual de 9173, de 27 de dezembro de 1989, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 1990, conforme discriminação no Anexo I.

Art. 2º - Servirá como fonte de recursos para a cobertura dos créditos referidos no artigo 1º desta lei, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado nos balanços das entidades no exercício de 1989, a atualização em 200% das receitas próprias e excesso de arrecadação em recursos próprios, incorporação de recursos resultantes da Loteria Instantânea de Resultado Imediato, instituída pelo Decreto n.º 6567 de 15 de fevereiro de 1990 e remanejamento de dotação da Fundação Universidade Estadual de Londrina, no valor de Cr\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil cruzeiros), conforme anexo I.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

ANEXO I

REESTIMATIVA DE 2001 DA RECEITA PRÓPRIA, SUPERÁVIT FINANCEIRO, EXCESSO DE APROVEITAMENTO E ROMANEJAMENTO

Cri 1,00

ORGÃOS	USOS							FONTES				
	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL	TOTAL	SUPERÁVIT FINANCEIRO	2001	EXCESSO DE APROVEITAMENTO	ROMANEJAMENTO
CPE	31.209.002	3.652.100	1.202.375.805	747.482.830	6.844.864		23.373.814	2.925.313.623	46.594.539	968.119.804	1.000.000.000	10.000.000
FESTUR			83.524.212	6.686.564			33.000.000	123.210.776	1.723.878	22.426.878	99.000.000	
F. LOMBRIÑA			881.967.790	399.954.387	300.000			1.282.210.177	17.376.137	345.242.940	901.000.000	10.000.000
F. P. GROSSA			22.667.000	23.883.140	200.000			46.750.140	8.883.140	38.667.000		
F. MARINGÁ	1.779.182	3.652.100	118.320.216	231.858.880	3.325.814			358.335.400	9.995.484	348.339.924		
F. GUARAPUAVA			18.643.600	15.557.787				34.201.387	2.029.707	32.142.680		
F. C. PINSCOPLO			1.950.000	294.596				2.244.596	198.596	2.046.000		
F. C. L. JACAREZIMHO			845.100	900.000				1.745.100	1.597.100	100.000		
F. PARANAGUÁ	100.000		876.910	100.000				1.076.910	940.110	140.000		
F. U. DA VITÓRIA			837.000					837.000		837.000		
F. AMARÁLIA			737.474	250.542				988.016	267.306	720.712		
F. E. F. JACAREZIMHO			5.000	337.779				342.779	322.779	20.000		
F. MARTE PINHEIRO			280.000	963.133				1.163.133	929.475	233.658		
F. DANTAS MOURÃO			6.600.000	2.197.300				8.797.300	50.166	8.147.134		
F. JOSÉ PARANÁ	700.000		31.924.901	16.375.000	500.000			49.500.701	2.721.325	46.779.456		
F. M. BELAS ARTES			438.102	100.000				538.102	322.320	215.862		
FEZPAR	29.009.820		33.230.330	40.826.186	2.315.850		373.814	113.764.000		113.764.000		
F. ED. MUSICAL			220.000					220.000		220.000		
SEPL	450.000		7.824.664	1.400.000				9.674.664	2.350.000	7.324.664		
IPARDES	450.000		7.824.664	1.400.000				9.674.664	2.350.000	7.324.664		
SECS			7.316.000	10.000.000				17.316.000	1.837.000	279.000	16.000.000	
F. RÁDIO TELEVISÃO			7.316.000	10.000.000				17.316.000	1.837.000	279.000	16.000.000	
SEAD	896.461.842		955.002.567	127.804.574	20.599.415			1.999.868.398	27.461.154	1.972.407.240		
SPC	820.073.452		325.845.834	13.687.400	3.781.789			1.174.388.475	1.003.905	1.173.384.570		
SIIC	51.300.016		152.047.100	12.000.000	1.000.000			217.153.196	15.065.238	202.087.958		
SEDA			158.666.600	26.795.420				185.462.020		185.462.020		
DOT	372.000		59.724.273	3.800.000				63.896.273	1.230.433	61.665.840		
SECEM	23.710.374		247.918.600	72.321.754	15.817.626			359.768.354	10.153.574	349.614.780		
SESA	37.000.323		4.107.204.170	35.342.857	490.000			4.260.133.350	17.439.090	364.694.260	3.878.000.000	
SEMPAR	25.510.076		4.166.595.504	14.000.000	240.000			4.296.345.080	8.500.000	319.845.080	3.878.000.000	
UD	11.498.227		20.689.666	21.342.857	250.000			53.787.750	8.939.090	44.848.660		
SEAD	104.426.936	2.100	154.812.904	140.136.150	1.636.900			400.214.990	3.969.956	396.245.034		
UD			53.463.270	40.337.000	1.300.000			95.100.270		95.100.270		
UDAR			35.929.956	10.632.000				54.561.956	3.969.956	50.592.000		
EMATEL	8.614.490		8.214.831	75.888.576				92.713.900		92.713.900		
CLASPAR	95.812.438	2.100	56.402.044	5.278.574	336.900			157.830.056		157.830.056		
SEEC			1.009.962	200.078				1.209.040		1.209.040		
SEP			1.009.962	200.078				1.209.040		1.209.040		
SEDU	600.837		83.095.072	192.562.494	10.000		3.990.560	209.273.051	34.672.853	245.600.198		
SECEM			61.426.311					61.426.311	1.745.817	59.680.494		
SECEM			47.433.569					47.433.569	31.373.569	16.060.000		
SECEM			38.475.109					38.475.109	1.553.467	36.921.642		
SECEM	600.837		21.600.761	100.653.016	10.000		3.990.560	132.930.062		132.930.062		
SEED	7.213.070		140.819.167	224.453.343				372.485.580	20.840.378	345.637.202	6.000.000	
SEP			176.328					176.328		176.328		
SEMPAR	7.213.070		140.642.839	224.453.343				372.389.252	20.840.378	345.460.874	6.000.000	
SESA			40.321.075	2.196.906.507		511.794	6.000.000	2.251.019.456		2.251.019.456		
UDR			40.321.075	2.196.906.507		511.794	6.000.000	2.251.019.456		2.251.019.456		
SESP			194.243.145	781.300				195.024.445	19.774.669	175.249.776		
SETRAF			194.243.145	781.300				195.024.445	19.774.669	175.249.776		
SEUP			8.330.000				5.000.000	13.330.000		7.330.000	6.000.000	
PROPA			8.330.000				5.000.000	13.330.000		7.330.000	6.000.000	
SEMA	1.370.050.000		713.242.626	1.393.295.420	40.000.000			3.524.588.054	130.384.626	3.386.203.420		
UDR			1.213.295.420					1.213.295.420		1.213.295.420		
UDR	1.370.050.000		713.242.626	100.000.000	40.000.000			2.311.292.626	130.384.626	2.172.908.000		
TOTAL	2.447.006.016	3.654.200	7.702.077.157	5.870.525.641	77.593.267	511.794	40.304.374	15.351.332.451	312.532.261	10.114.200.190	4.900.000.000	10.000.000

TOTAL DE USOS: Cri 15.351.332.451,00 (quinze bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzzeiros).

TOTAL DE FONTES: Cri 15.351.332.451,00 (quinze bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzzeiros).

Curitiba, 25 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembléia Legislativa, aos convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, em 07.03.90 e 10.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os municípios de Palotina e de Jandaia do Sul, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa

Ofícios:

Sob o n° DTL/SAT/61/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 15/90, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/SAT/64/90, do Senhor Governador do Estado, com referência à Mensagem n° 85/90, através da qual foi submetido a esta Assembléia o anteprojeto de lei dispondo sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991, tenho a honra de encaminhar Ofício n° 103/90, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, onde estão contidos, em maior detalhamento, esclarecimentos adicionais sobre o assunto.

Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.ºs DTL/SAT/65, 66, 67, 68, 69 e 70/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

121/90: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "União dos Aposentados e Idosos da Cidade Industrial de Curitiba", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.228.

Anote-se. Arquite-se.

116/90: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação de Drogaditos - A. R. D.", com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.229.

Curitiba, quinta, em 03.05.90

Anote-se. Arquite-se.

032/90: De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que cria o município de Dr. Antônio Paranhos, desmembrado do município de São Jorge D'Oeste, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.230.

Anote-se. Arquite-se.

092/90: De autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria o município de Boa Esperança do Iguaçu, desmembrado do município de Dois Vizinhos, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.231.

Anote-se. Arquite-se.

093/90: De autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria o município de Cruzeiro do Iguaçu, desmembrado do município de Dois Vizinhos, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.232.

Anote-se. Arquite-se.

115/90: De autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que cria o município de Santa Mônica, desmembrado do município de Santa Izabel do Ivaí, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.233.

Anote-se. Arquite-se.

Telex:

Do Ministro ALDIR PASSARINHO, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

"Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 18 de abril do corrente ano, nos autos da ação direta de inconstitucionalidade número 225-2, requerente Governador do Estado do Paraná e requerida esta Assembléia Legislativa, proferiu a seguinte decisão:

"O Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence e Célio Borja, deferiu a medida liminar e suspendeu a eficácia do parágrafo quinto do art. 98 da Constituição do Paraná, até a decisão definitiva da ação. ""

Votou o Presidente.

Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PDT representada pelo Deputado VALDERI MENDES VILELA, tem a honra de informar a Vossa Excelência que a Comissão de Orçamento desta Casa de Lei, será composta pelos Deputados ALGACI TÚLIO e NAMIR PIACENTINI. O primeiro na condição de membro titular e o segundo como membro suplente.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA
Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1085

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 264/90.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1086

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 265/90.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 163/90, que declara de utilidade pública a "Fundação de Incentivo ao Esporte Amador de Cornélio Procópio - FUNINCOP", com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n° 304/89.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1066

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, respeitosamente, a inclusão na Ordem do Dia e o parecer da Comissão Geral de Plenário para o Projeto de Resolução n° 30/90, que autoriza o plebiscito na área que descreve, no município de Santo Antônio do Sudoeste - para que a população interessada se manifeste a respeito da criação do município de Pinhal de São Bento.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1068

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, respeitosamente, a inclusão na Ordem do Dia e o parecer da Comissão Geral de Plenário para o Projeto de Resolução n° 027/90 que autoriza o plebiscito na área que descreve, nos municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra para que a população interessada se manifeste a respeito da criação do município de Nova Esperança do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 341/89 e da Mensagem n° 77/89, referente a anuência do Poder Executivo na permuta do imóvel que a Associação Comercial e Industrial de Arapongas irá fazer com o Município.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, da próxima sessão, com Parecer da Comissão Geral da Assembléia, o Projeto de Lei n° 273/90, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 9016 de 15 de junho de 1989.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 08 de maio às 14:30 hrs., para apreciar o Proje-

to de Lei n° 220/90, que aprova crédito especial para permitir a transferência orçamentária das dotações da atividade. Programação a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 08 de maio de 1990, às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 262/90, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 1108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, requer a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 08 de maio às 14:30 hs., para apreciar o Projeto de Lei n° 126/90 que aprova crédito suplementar.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 1109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 08 de maio às 14:30 hs., para apreciar o Projeto de Lei n° 77/90, que aprova créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado a fim de atender despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário no próximo dia 08 de maio, às 14:30 horas, durante a ses-

Curitiba, quinta, em 03.05.90

são Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 277/90, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 94/90, que autoriza o Poder Executivo abrir créditos suplementares.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e o envio às Comissões competentes dos Projetos de Lei n°s 38/90 e 39/90, por julgar que os mesmos carecem de estudos mais apurados.

Saladas Sessões, em 03.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e o envio às Comissões competentes dos Projetos de Lei n°s 159/90 e 160/90, por julgar que os mesmos carecem de estudos mais apurados.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de analisar e sugerir providências sobre a situação das reservas indígenas existentes em território paranaense.

Essa CPI deve ser composta por 07 (sete) Deputados e terá a duração de 06 (seis) meses, a partir de sua instalação.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Lindolfo Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Renato Adur, Erondi Silvério, Orlando Pessuti, Mário Pereira, Dirceu Manfrinato, Paulino José Delazeri, Raul Lopes, José Rogério Carvalho, Algaci Túlio, Rubens Bueno, Nelson Vasconcellos, Eduardo Baggio, Acir Mezzadri, Pedro Tonelli, Homero Oguido, Nereu Carlos Massignan, Herma Brandão, Lauro Lobo Alcantara, Neivo Beraldin, Basílio Zanusso, Valderi Mendes Vilela e Paulo Furiatti.

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação das reservas indígenas existentes em território paranaense, se faz imprescindível haja vista estarem, as terras indígenas do Estado, sendo desmatadas sem qualquer cri-

tério ou cautela.

É certo que a situação e condições em que vivem tais comunidades indígenas estão sendo aleatoriamente desvirtuadas.

Por outro turno, apesar de existirem entidades, supostamente criadas em defesa das terras indígenas, não se pode precisar ao certo quais são seus objetivos, tampouco o resultado de suas atividades.

Assim como se pode denotar de tais fatos, imperiosa se faz a providência ora versada.

REQUERIMENTO N° 1076-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com o devido apoioamento regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, a instalação de COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, com o objetivo de investigar, APURAR e SANAR possível ilegalidade na prática de jogos promovidos sob o patrocínio da Federação Paranaense de Futebol, também chamada BINGOES.

Sugere ainda, que esta CPI seja composta de 5 (cinco) parlamentares, respeitado o critério de proporcionalidade partidária.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoioamento: Paulo Furiatti,

Algaci Túlio,

Caíto Quintana,

Tadeu Lúcio Machado,

Nilton Barbosa,

Orlando Pessuti,

Nelson Vasconcellos,

Lindolfo Júnior,

Renato Adur,

Antônio Costenaro,

Antônio Annibelli,

Namir Piacentini,

Basílio Zanusso,

Vera Agibert,

Lauro Lobo Alcantara,

Luiz Antonio Setti e

uma ilegível.

REQUERIMENTO N° 1062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do Senhor RENATO GUIMARÃES PUPO, ocorrido no dia 30/04/90.

O extinto deixa a lamentar sua morte seu pai, filhos, parentes e amigos.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência aos familiares, sito à Rua Tiradentes, 1045, Guarapuava/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Jovem Advogado, pertencente à tradicional família guarapuavana, o Senhor RENATO GUIMARÃES PUPO, gozando do mais elevado conceito junto à comunidade onde prestou relevantes serviços.

Seu prematuro passamento abalou profundamente seu vasto círculo de amizades e a classe dos advogados a qual honrou sobremaneira no exercício de sua profissão.

REQUERIMENTO N° 1065

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor JOÃO BATISTA MARTINI, na cidade de Francisco Beltrão-PR - na madrugada do dia 18 de abril, passado, requerendo-se ainda que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Batista Martini era considerado pela população de Francisco Beltrão como um autêntico pioneiro, onde viveu com a família a partir de 1967 inteiramente dedicado às atividades agropecuárias.

Entre as suas atividades, mantinha a da entrega de leite a domicílio, pela qual se fez conhecido e aprendeu a conhecer toda a população, forjando e consolidando inúmeras amizades - as quais lhe renderam justo tributo por ocasião do seu passamento, homenagem à qual nos associamos no mais legítimo preito.

REQUERIMENTO 1067

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de pesar pelo falecimento do Senhor ALBOR PIMPAO FERREIRA, ex-vereador de Arapongas, combatente da Força Expedicionária Brasileira, tendo, por sua atuação na Batalha de Monte Castelo, recebido a Cruz de Combate de 1ª Classe. Seu falecimento ocorreu em 27 de abril de 1.990, no município de Arapongas, onde morou e dedicou sua vida.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Aos 27 de abril do corrente ano o município de Arapongas - e os paranaenses - perderam um dos seus mais dignos filhos, o Senhor ALBOR PIMPAO FERREIRA, nascido em Palmas - PR, em 07/12/1922. Tendo passado sua infância em Palmas, realizado estudos em Santa Catarina e Curitiba, é convocado à guerra. Por sua atuação, é condecorado.

Em 1951 instala-se em Arapongas, e seu

espírito empreendedor e sua luta democrática, levam-no à militância política. Lutou contra o arbítrio mesmo nas mais duras condições.

Eleito Vereador duas vezes, dedicou-se sempre ao povo. E mesmo sem mandato, continuou sua trajetória ligada aos mais necessários.

ALBOR PIMPAO FERREIRA deixou esposa e filhos e toda sua Cidade saudosa e agradecida pela sua luta.

Isto motiva que este Poder se pronuncie pesadamente pela sua morte.

REQUERIMENTO N° 1060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, "VOTOS DE CONGRATULAÇÕES" e manifestações de regozijo pela passagem do 119° Aniversário de Emancipação Política do promissor município de IMBITUVA, expressões essas que atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor EDISON PUPO, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor JECONDO WALDEMAR BOBATO, Mui Digno Vice-Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Doutor FERNANDO WOLF BODZIAK, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca, ao Ilustríssimo Senhor Doutor ADOLFO VAZ DA SILVA, Mui Digno Promotor de Justiça em exercício, ao Excelentíssimo Senhor Vereador LOURENÇO MOLETA, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Vereador JOAO KISKA, Mui Digno Vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador SAUL JOAO CHEMIN, Mui Digno Primeiro Secretário da Câmara, e demais Ilustres Vereadores, integrantes daquela colenda Casa: ELVINO LAROCA, GABRIEL PONTAROLO, JOSÉ ALBERTO TESSARI, SÍLVIO JOSÉ MOLETA e MÁRIO ALMEIDA EVANGELISTA.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, "VOTOS DE CONGRATULAÇÕES" e manifestações de regozijo, pela passagem do 115° Aniversário do município de JAGUARIAÍVA, a ser comemorado no dia 05 de maio do ano em curso, expressões essas que atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor ADENAR FERREIRA DE BARROS, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor EDUARDO CÉSAR DA COSTA NANNI, Mui Digno Vice-Prefeito Municipal, e Excelentíssima Senhora Doutora MARLI TE-

REZINHA PEREIRA, Meritíssima Juíza de Direito daquela Comarca, a Ilustríssima Senhora Doutora ISABEL CLÁUDIA GUERREIRO, Mui Digna Promotora de Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Vereador CARLOS JOAO THON, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, e aos demais Ilustres Vereadores que compõem aquele Legislativo Municipal, JOSÉ MARCOS PESSA FILHO, PEDRO MOREIRA DA SILVA, LUIZ CARLOS SKAVINSKI, JOAO DE BARROS, RENATO CARNEIRO, WALDOMIRO PINTO MENDES, MARCOS JOSÉ LEGAT e SILAS GERSON AYRES.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, que seja dada ciência àquelas autoridades.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ensejando o significativo acontecimento que marca a 05 de maio/1990 as comemorações alusivas ao 115° Aniversário do promissor município de JAGUARIAÍVA, não poderia, porém, este Parlamentar deixar de registrar nesta Casa parte da sua história, cuja essência, pela riqueza de fatos e o heroísmo daqueles que a ela se integram, confunde-se à própria história do Paraná.

A história de Jaguariaíva principia na vida de Luciano Carneiro Lobo, um dos primeiros moradores efetivos da povoação. Filho do português Francisco Carneiro Lobo e de Dona Quitéria Maria da Rocha, Luciano casou-se em primeiras núpcias no ano de 1778 com Dona Francisca de Sá, da qual teve oito filhos.

Em 1795, adquiriu do Tenente Manoel Pacheco Catto e sua mulher, Maria Custódia Ribeiro, e aos irmãos desta, Alferes Francisco de Salles Brito, a fazenda JAGUARIAÍVA. Após a morte da primeira esposa, Luciano passou a residir definitivamente na propriedade. Quatro anos após a morte da primeira esposa, já em 1810, Luciano Carneiro contrai novas núpcias com Izabel Branco e Silva, fixando residência na Fazenda Jaguariaíva, a qual compunha-se de uma dúzia de sensalas para negros, algumas cabanas (paiões) que servias para as culturas do domínio e a Casa do Senhor. Assim, conservava aquela sociedade o predomínio da classe senhorial, identificada nas famílias patriarcais que estabeleciam com rígido personalismo as relações hierárquicas dos demais componentes.

A vida nas fazendas era de intensa atividade e a produção de alimentos era fundamental, consumia-se basicamente a carne de porco, o milho, o feijão, o arroz e a mandioca.

Toda a estrutura social e econômica se comportava naturalmente sob as ordens da classe senhorial. Com a independência, os chefes das grandes famílias passaram a participar da vida política, com irrestriti-

to apoio aos presidentes de Província.

Em 15 de setembro de 1823, foi conseguida a elevação da Fazenda à categoria de Freguesia, através Alvará Imperial daquela data e Dona Izabel Branco e Silva passou, desde logo a trabalhar junto ao Bispado de São Paulo, a fim de obter licença para construir uma capela. Data de 1828 o requerimento feito pelo Coronel Luciano, Dona Izabel e outros moradores de Jaguariaíva, solicitando licença para a construção da capela, licença essa autorizada pela Provisão de 28 de maio de 1830, do então Bispo de São Paulo D. Manoel Joaquim de Andrade. Nesse ano começaram as primeiras construções na localidade. Na atual Praça Dona Izabel, além da Matriz, foram construídos os primeiros prédios residenciais da freguesia.

A Fazenda Jaguariaíva, segundo relato de Saint-Hillaire (Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que veio em 1816 ao Brasil a fim de estudar a flora tropical), era a principal fazenda, desde Sorocabá até os confins dos Campos Gerais.

Assim, gostaríamos de enumerar alguns fatos de sua história da maior importância:

Em 1823 - Elevação da Fazenda de JAGUARIAÍVA à condição de Freguesia por Alvará de Sua Magestade, o Imperador D. Pedro I (15 de Setembro).

Em 1830 - Provisão do Bispado de São Paulo, autorizando a construção da 1.^a Capela (28 de maio).

Em 1870 - Falece aos 75 anos Dona Izabel Branco e Silva. Seu corpo é sepultado no templo que mandara erigir (17 de agosto).

Em 1875 - Jaguariaíva é elevada à categoria de Vila - Lei Provincial 423, de 24 de abril.

Em 1880 foi criada a Comarca-Lei Provincial 585 (16 de abril).

Em 1882 - Retorno da Vila de Jaguariaíva a condição de Freguesia - Lei Provincial 717 (09 de dezembro). Por essa Lei é também extinta a Comarca.

Em 1892 - Jaguariaíva é elevada à categoria de Município - Lei n° 15 (21 de maio).

Em 1907 - Pela Lei n° 674, é restaurada a Comarca, (19 de março). A instalação ocorreu a 15 de abril do mesmo ano.

E finalmente, em 1908, é efetivada a elevação da Sede Municipal à categoria de cidade (05 de maio).

REQUERIMENTO N° 1064

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Município de Mandaguari pelo transcurso do 53° aniversário

de emancipação político-administrativa, comemorado no dia 6 de maio, reque-rendo-se, mais, que do ato se oficie aos Poderes Legislativo e Executivo de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

No dia 6 de maio de 1937 a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná anunciava a criação do município de Mandaguari, a ser desmembrado do município de Apucarana, do qual se emancipou pela Lei Estadual n° 2, de 10 de outubro de 1947.

A notável vocação agrícola e pecuária do seu povo permitiu o engrandecimento do novo Município, especialmente nos anos de grandeza da cafeicultura do Norte paranaense, à qual associou outras culturas. O crescimento do município de Mandaguari foi rápido, posicionando-se a sua operosa população entre as mais ricas do Paraná. Merece o seu povo a homenagem a ele oferecida no dia 6 de maio, à qual nos associamos e aos demais Pares desta egrégia Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO N° 1083

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso de suas faculdades regimentais, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Aeroclube do Paraná, pela passagem do seu aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No decorrer de sua existência, o Aeroclube do Paraná formou centenas de pilotos e paraquedistas, sempre transmitindo, com eficiência e competência, os ensinamentos técnicos sobre navegação, meteorologia, regulamentos e aerodinâmica, transformando os formados em excelentes profissionais, reconhecidos pela capacitação em todo o território nacional.

Requer, ainda, o Deputado autor, que do teor do presente dê-se ciência à entidade homenageada e a todos os envolvidos com a manutenção do prestigioso Aeroclube.

REQUERIMENTO N° 1084

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações pela passagem do Dia do Contabilista.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Há 45 anos, teve início em nosso país o Curso de Ciências Contábeis, formando profissionais que exercem suas atividades nos setores público e privado, propiciando com seu trabalho uma perfeita análise de todos os custos e aplicações de verbas e recursos, principalmente, quando procedem auditoria, que é atribuição exclusiva dos contabilistas ou Bacharéis em Ciências Contábeis.

Requer, o Deputado autor, que do teor do presente dê-se ciência ao Sindicato dos Contadores e Bacharéis em Ciências Contábeis do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1087

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo votos de congratulações ao professor Johann Welcherts Hurtado, do Departamento de Métodos e Técnicas da Educação da Universidade Federal do Paraná, pelo desenvolvimento de um novo teste para detecção de distúrbios psicomotores em crianças normais e deficientes em idade pré-escolar e escolar.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O professor Johann Melcherts Hurtado detectou 209 tipos de conduta que possibilitam avaliar precocemente as anomalias de psicomotricidade.

Quando processado de forma manual, o teste apresenta resultado em 24 horas e através do computador em apenas 3 segundos. A aplicação do teste pode ser feita tanto por professores como pelos especialistas, pois a pontuação para se chegar a um diagnóstico segue uma escala de códigos que variam de acordo com as cinco cores criadas pelo autor. A contagem é feita através de duas fichas de controle, uma simplificada e outra mais completa, com ambas apresentando o mesmo resultado.

Para chegar ao Teste Diagnóstico Psicomotor Primário, o professor Johann Melcherts Hurtado pesquisou durante seis anos, crianças normais, pré-escolares de primeira a quarta séries do primeiro grau, deficientes físicos e mentais em escolas de Curitiba e Paranaguá. O método consta de três partes: a primeira, abrange as origens, objetivos, normas de aplicação, materiais e formas metodológicas de avaliação. A segunda, corresponde aos procedimentos divididos em 12 áreas de comportamentos desde a variação de locomoção, qualidade de atenção, compreensão de regras e táticas em jogo de equipe, problemas de fala, de articulação até as deficiências de linguagem. Já a terceira etapa

Curitiba, quinta, em 03.05.90

corresponde ao controle através das fichas.

Segundo o pesquisador, o local de aplicação do teste deve ser amplo, ventilado e com uma iluminação adequada; é recomendado para Pediatras, Fonoaudiólogos, Psicólogos, Fisioterapeutas, Professores de Educação Física e de classes especializadas. Para a aplicação são necessários: a ficha de controle, uma prancheta, lápis preto, vermelho, amarelo, verde, laranja e azul claro, uma caneta, borracha, cronômetro, bastões de madeira ou cabos de vassoura, cordas, arcos de vime, tijolos, bolas de borracha e couro, giz branco e de cor, fita adesiva colorida, raquete de tênis e colchonete de espuma para ginástica. A tabela de avaliação segue três opções: na avaliação mista, por exemplo, o código "A", corresponde a reações corretas e equivale à cor verde. Já o código "C", representa a incapacidade de demonstrar o comportamento e reação solicitados e é simbolizado pela cor vermelha.

O teste do professor da UFPR será apresentado no próximo dia 28, no México, durante curso de Atualização na Área de Psicomotricidade, na Universidade Nacional de Vera Cruz e, no dia 30, na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. O objetivo do pesquisador é difundir as qualidades e vantagens do método, mas a meta maior é provar a eficiência, para que a Organização Mundial de Saúde recomende o teste para todas as crianças normais e deficientes em idade pré-escolar e escolar.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Senhor Ministro de Estado da Educação, ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná e ao professor homenageado.

REQUERIMENTO N° 1089

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder e formulados ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, votos de congratulações, pelo êxito na implantação e manutenção do programa "Balcão de Teses".

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Implantado, pioneiramente, a nível secundário, no Paraná, o Balcão de Teses do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, há três anos, vem propiciando aos alunos o desenvolvimento de inúmeros projetos, como o protótipo de, recentemente, foi brilhantemente desenvolvido pelos estudantes de 2° grau do curso de mecânica, Marcos Antônio Zerman e Rogério José dos

Santos, orientados pelos professores Ivan Matos Canone e Nicolau Afonso Barth.

O excelente trabalho que o CEFET-PR vem desenvolvendo através do Balcão de Teses vem apenas corroborar com o que sempre, por unanimidade, se disse a respeito da instituição: um estabelecimento do maior nível que, através de seu corpo docente e se ocupando do potencial de seus discentes, transforma idéias em realizações objetivas e úteis à sociedade. Isso pode ser verificado com alguns dos equipamentos desenvolvidos pelo Balcão de Teses, como uma caneta óptica para auxílio de pessoas portadoras de deficiência visual; um medidor eletrônico de pressão arterial; uma plantadeira adubadeira, dentre outros. O Balcão propõe-se a trabalhar em projetos licitados por qualquer empresa, desde que estejam em consonância com os cursos ministrados na instituição.

Ao manter um programa dessa natureza, o CEFET-PR dá uma demonstração nítida de confiança na nova geração do Paraná. Ao colocar em prática uma educação que valoriza a capacidade do educando, incentivando sua inventividade e capitalizando isso em favor da comunidade, o CEFET atende plenamente suas funções como estabelecimento de ensino, encarregado de formar cidadãos na acepção plena do termo, como seres responsáveis e úteis para uma sociedade em transformação, como a brasileira.

Esse trabalho jamais poderá deixar de ser motivo de aplausos da Assembléia Legislativa do Paraná e do Poder Público como um todo, principalmente porque bem sabemos das dificuldades indimensionáveis interpostas no caminho daqueles que se propõem a realizar a missão de educar o Brasil.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados no corpo do presente requerimento, ao Senhor Diretor do CEFET e à Sua Excelência, o Senhor Ministro de Estado da Educação.

REQUERIMENTO N° 1078

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede ao Secretário de Estado dos Transportes que, agindo em comum acordo com os prefeitos de Morretes e Guaratuba, determine reparos no leito e nas travessias dos rios do caminho de terras que liga Limeira a Cubatão, na serra das Canasvieiras, no limite entre os municípios de Morretes e Guaratuba.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Há populações rurais que servem-se daquelas terras, há anos, com residência tradicional, para viver. Uma comunidade de

aproximadamente 150 famílias está ilhada na Limeira. A estrada está completamente intransitável. Os doentes estão saindo em redes, nos ombros daqueles que lhes são solidários, num quadro desolador - primitivo mesmo -, indigno da vizinhança com a Capital, e com rotas tão importantes como a BR-277, ou as estradas litorâneas.

O que se pede é uma ação emergencial. Até que se estabeleça a conveniência de um traçado por detrás da baía de Guaratuba, capaz de substituir a ponte (- sonho alentado com autógrafos constituintes -) sobre a mesma baía, com mais eficiência e menor custo.

REQUERIMENTO N° 1093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o custeio das passagens aéreas para os expositores que participarão do Fórum de Ciência e Tecnologia e a Constituição Estadual. Ao todo são quatro (04) passagens ida e volta (oito (08) ao todo), duas de São Paulo, uma de Belo Horizonte e uma de Florianópolis.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O artigo 205 da Constituição Estadual que fixa um percentual, da receita tributária do Estado, para o fomento da pesquisa e cria um órgão gerenciador dos recursos com a participação de vários setores da sociedade, precisa ser regulamentado por esta Casa.

A realização deste Fórum serve para conhecermos as várias opiniões sobre a situação atual da Ciência e Tecnologia no nosso Estado e, também, sobre as formas de gerenciamento que outros Estados desenvolvem.

Portanto, consideramos que esta Casa é, diretamente, interessada por esta matéria, nada mais natural que assuma tal custeio.

REQUERIMENTO N° 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado telex ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça, Bernardo Cabral e ao Senhor Governador do Pará - Hélio Guerios, pedindo punição aos mandantes e executores de Paulo e José Canuto de Oliveira, do Município de Rio Maria, Sul do Pará.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja oficiado o Ministro da Justiça e o Governador do Pará.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

PUNIÇÃO PARA OS
ASSASSINOS DE RIO MARIA

Contando com a mais absoluta impunidade, a UDR e os latifundiários praticam uma verdadeira política de extermínio no Sul do Pará. No último dia 22 de abril, no Município de Rio Maria, homens armados com escopetas e metralhadoras sequestraram e assassinaram José e Paulo Canuto de Oliveira e balearam Orlando Canuto de Oliveira. Os três irmãos eram militantes do Partido Comunista do Brasil, sendo que Orlando é membro do Diretório Municipal do Partido e secretário do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O crime assume extrema gravidade quando se sabe que no dia 04 foram mortos o mecânico Braz Antonio Oliveira, também dirigente Municipal do PCdoB, e seu ajudante, no interior da oficina onde trabalhavam, e que Orlando, José e Paulo eram filhos de João Canuto de Oliveira, membro do Diretório Regional do PCdoB no Pará, igualmente assassinado em Rio Maria, em dezembro de 1985.

Nenhum dos bandidos - mandantes e executores - foi punido até hoje. Assim como continuam absolutamente impunes os assassinos de Paulo Fonteles, ex-deputado estadual e dirigente regional do Partido. Sem falar nas dezenas e dezenas de mortes, espancamentos, torturas e violência de toda sorte cometidas quase que diariamente sob verdadeira cumplicidade do governador Hélio Gueiros e das autoridades federais.

O PCdoB conclama a todas as correntes políticas e personalidades comprometidas com as liberdades democráticas e com os direitos humanos a levantarem a voz contra esta situação de vandalismo. Particularmente na situação atual, quando o presidente Collor incentiva a truculência e o desrespeito à legalidade, a se unirem para defender a liberdade e o progresso. E exigirem o fim das atrocidades, apuração de todos os crimes e punição dos responsáveis.

O PCdoB confia na unidade do povo e na capacidade de luta dos trabalhadores. Organizadas, as forças populares terão condições de conter a ofensiva reacionária, realizar a reforma agrária e democratizar a propriedade da terra, pôr fim à violência no campo e à impunidade dos grileiros e latifundiários e seus jagunços.

Abaixo a UDR! Abaixo a violência dos grileiros!

Pela reforma agrária e pela democratização da propriedade da terra!

Punição dos mandantes e executores de Paulo José Canuto!

S. Paulo, 24 de abril de 1990.

Comitê Central do
Partido Comunista do Brasil

Curitiba, quinta, em 03.05.90

REQUERIMENTO N° 1102

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual do PDT que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, consciência política do Estado do Paraná, Poder Legislativo supremo do Estado, recentemente Colégio promulgador da Constituição do Estado do Paraná, e ainda colégio encarregado de suas leis complementares, que exerça a função de educadora do nosso povo - fazendo votar em plenário e enviado à empresa "TUDO MEU", de Curitiba, uma MOÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO POLÍTICA, a propósito da equivocada campanha contra reeleições, direito previsto em lei, menos pelo que representa como ameaça aos atuais mandatários do poder popular, MAIS PELO QUE CONTÉM DE FASCISTA, DE AUTORITÁRIO, POR TENTAR GOLPEAR A DEMOCRACIA FAZENDO O POVO CRER QUE A ATIVIDADE POLÍTICA NÃO É UM TRABALHO.

Componha-se a seguinte moção de ofício da Primeira Secretaria à referida empresa, anexando:

1. Cópia deste requerimento de "Moção de Alfabetização Política";
2. Cópias xerográficas de todas as fichas de projetos de lei de autoria dos Deputados da presente Legislatura, bem como dos pedidos de informação;
3. Exemplar da Constituição do Estado do Paraná e da Nação;
4. Convite para que os empreiteiros da referida "campanha" lancem outra dizendo "Fiscalize o seu voto, veja o que o político em quem você votou fez pelo bem comum". Ou então, convite para que os mesmos empreiteiros experimentem um "mandato político", buscando servir a todos longe do espírito egoísta de "tudo meu" que o equivocado dístico (em botom e adesivos) tem espalhado.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Possa o Brasil superar a presente dificuldade, preservando sua democracia, formando políticos de prática popular e voltada para o bem comum, moralizando a intensidade todas as relações de poder, até que se elimine definitivamente do seio do nosso povo a "ignorância política", tanta vez financiada por elites egoístas e acumulativas.

Cheguemos os paranaenses e os brasileiros àquela consciência democrática que fez o esplendor da velha Atenas, quando os seus sábios ensinavam, - aplaudidos pelo povo-, que "política é criação de novas realidades, é o exercício da vida comum".

O que capacita os homens, jovens e velhos, a suportar o fardo da vida é a polis (cidade política).

O espaço das ações livres e das palavras vivas dos homens, aquilo que pode do-

tar a vida de esplendor, e melhorar o mundo.

MOÇÃO:

Faça um Político TRABALHAR: Não o Reejeita A impressão de "bottons" com o modelo em anexo xerografado, pela empresa "Tudo Meu", da praça de Curitiba, com o telefone (041) 234-29-25, * merece uma resposta do Poder político do Paraná, representado pela Assembléia.

Tem crescido a campanha difamante dos parlamentos e das atividades parlamentares, no sentido de favorecer o "cesarismo", ou seja, o fortalecimento da mentalidade popular de que a Política é apenas prevaricação, sibaritismo, maracutaia, perseguição de privilégios. Corre risco a democracia formal, amparada na consciência popular da importância da sua representação, quando se tenta deseducar o povo, dando-lhe a falsa noção de que não há necessidade de poder constituído, de que não há idealismo na política, e, sobretudo, de que a atividade política - (sobretudo no sentido legislativo, fiscalizador e representativo) - é desnecessária, e SEQUER CONSTITUI TRABALHO.

Atrás disto, há duas grandes bobagens, fruto do analfabetismo político e de um imediatismo superficial:

1. A idéia de que os parlamentos não devem remunerar seus membros; o que levaria o país à PLUTOCRACIA, ou seja, apenas à representação popular formal, por pessoas muito ricas, ou seus prepostos;

2. A idéia de que apenas o Executivo é necessário, o que leva à aprovação da ditadura, do arbítrio e da exceção, ao arrepio das leis.

Atrás disto, há também, o oportunismo de candidatos sem consistência que - pretendendo os mandatos que hoje não possuem - querem induzir o povo a seu favor, desmoralizando previamente a sua (do povo) representação pretendida.

E mais, um certo "cesarismo" de alguns mandatários do Executivo, que tem tentado canalizar a sábia revolta popular contra os privilégios que também repudiamos para concentrar poder, mantendo genuflexos os poderes legislativos fiscalizadores.

A presente moção "de alfabetização política" manifestará, se aprovada, e dignamente preparada, o apreço da Assembléia pelo nosso povo, e sua disposição em permanecer poder aberto, transparente; casa e expressão da vontade do mesmo povo.

* endereço: Alameda Princesa Isabel 985 - esquina com Presidente Taunay - CEP 80510.

REQUERIMENTO N° 1063

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado Ofício à Procuradoria Geral do Estado, solicitando informações sobre o processo de cancelamento do comodato entre o Estado do Paraná e Secretaria de Estado da Educação com o Colégio Antônio Lacerda Braga, visando a agilização da desocupação das dependências da Escola Estadual "José Busnardo" por entidade particular para a oferta de ensino gratuito pelo Governo Estadual.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Antônio Lacerda Braga, que oferece ensino pago ocupando as dependências da Escola Estadual José Busnardo, na Vila Fany, apesar do cancelamento do comodato com a SEED nega-se à desocupação das mesmas, produzindo grande descontentamento popular. A Secretaria de Estado da Educação deseja ofertar o segundo grau no mesmo colégio, e está impedida de realizá-lo por força da intrangigência da escola particular ali instalada.

REQUERIMENTO N° 1069

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, reivindicando a celebração de convênio com o Município de Campo Mourão para construção de instalações próprias para abrigar o 1° Distrito Policial no Jardim Lar Paraná. Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Jardim Lar Paraná centraliza a área mais densamente habitada de Campo Mourão, com uma população estimada de 30 mil moradores nos 11 bairros que interligam a área urbana, e que a citada área apresenta sérios problemas no que tange à segurança pública. A Secretaria de Estado da Segurança Pública, já há vários anos, criou o 1° Distrito Policial no Jardim Lar Paraná, nunca instalada por dificuldade na locação de instalações. O Distrito Policial conta, inclusive, com delegado nomeado, Bacharel Luiz Carlos Kloster, já possuindo equipamento de rádio.

REQUERIMENTO N° 1070

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura ACA, uma ambulância

e equipamentos de busca, para o Corpo de Bombeiros de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiros de Campo Mourão, não possui carros para rápida locomoção, em caso de urgência, para atendimento de primeiros socorros, e equipamento de busca, haja vista a existência de uma represa, onde vem ocorrendo muitos acidentes.

REQUERIMENTO N° 1071

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Odeni Mongruel, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando a construção de instalações apropriadas para a Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Treinamento para Deficientes Auditivos, mantida pela ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, atende a cerca de 30 crianças desta Cidade e municípios vizinhos, desenvolvendo um trabalho de alto nível que tem apresentado ótimos resultados práticos. A citada Escola funciona provisoriamente em instalações alugadas, que não oferecem as condições necessárias. A referida entidade já dispõe de terreno no Jardim Horizonte, mas o lote poderá reverter ao domínio público caso não sejam iniciadas as obras brevemente.

REQUERIMENTO N° 1072

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando auxílio financeiro para a construção de casas populares para desfavelados, em Luiziana.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos nesta data o requerimento n° 10/90 de autoria do Vereador José Alberto Salvadori, da Câmara Municipal de Luiziana, solicitando a construção de casas populares para desfavelados na cidade de Luiziana.

REQUERIMENTO N° 1073

Senhor Presidente.

Curitiba, quinta, em 03.05.90

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando um microônibus para o Colégio Agrícola de Campo Mourão, ligado à Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Colégio Agrícola de Campo Mourão, pertence à rede Estadual de Ensino, tem cerca de 110 alunos e está localizado a 8 quilômetros da cidade, e que a irregularidade no transporte vem prejudicando os alunos, pois a atual administração municipal retirou o ônibus que atendia o Colégio e a empresa que explora o serviço de transporte coletivo urbano não atende a contento o roteiro.

REQUERIMENTO N° 1074

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Lar Rotary, localizada em Goioerê.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Lar Rotary, localizada em Goioerê, é uma entidade assistencial, que ao longo das últimas décadas vem mantendo uma tradição de bom atendimento, atendendo a pessoas carentes da região. Porém, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1075

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Cruz, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Cruz, localizada em Campo Mourão, é uma entidade que atende dezenas de pessoas carentes da região, atendendo recém-nascidos e gestantes. Porém, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1079

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo e os demais Deputados que este subscrevem, pedem à egrégia Assembléia que, no seu papel de consciência política do Estado, dirija expediente ao Secretário de Estado da Administração pedindo que se digne a receber para negociação e a considerar como instrumento de discussão a pauta de reivindicações do SINSEPAR - Sindicato dos Servidores dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino no Estado do Paraná. Segmento laborioso e humilde, porém também - a exemplo dos professores - imprescindível para o bom funcionamento da rede estadual de ensino, o grupo de trabalhadores representado pelo SINSEPAR merece todo o apreço desta Assembléia e do povo paranaense.

Os Deputados signatários pedem ao Secretário que - pessoalmente - receba os reivindicadores, para franco diálogo, mostrando-lhes a co-responsabilidade de todos na gerência da crise atual.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 1080

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual que este subscreve, propõe à egrégia Assembléia, a inserção nos anais e o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, manifestando apoio político à reivindicação da Associação dos Professores do Estado do Paraná pelo seu Piso Salarial garantido pelo texto da Constituição. E pede ao Excelentíssimo Governador do Estado, por sua iniciativa, o envio de mensagem a esta Casa de Leis garantindo um piso de acordo com a Constituição, para pôr fim ao impasse com os membros do Magistério Estadual, que infelicitam a sociedade paranaense, atingindo as mais remotas comunidades do Estado.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

1. O Líder do Governo nesta Casa, em alocução verbal assegurou estarem abertas à negociação as portas do Palácio Iguaçu.
2. Este Poder Legislativo não se pode furtar à ansiosa esperança de todo o Estado por uma solução pacífica para a GREVE do Magistério.
3. Este Poder Legislativo pode, e deve, sugerir caminhos ao Governo Estadual, e tem co-responsabilidade na gerência dos negócios do Estado.

REQUERIMENTO N° 1082

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso de suas faculdades regimentais e constitucionais, após

ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná aos excelentíssimos senhores vereadores com assento à Câmara Municipal de Curitiba, manifestando apoio ao Projeto de Lei n° 281/89, de autoria da vereadora Laís Peretti cuja finalidade é instituir a gratuidade no transporte coletivo municipal para os policiais civis.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei da nobre vereadora curitibana Laís Peretti pretende instituir o princípio da gratuidade no transporte coletivo urbano para os policiais civis. Como se apercebe, claramente, há a finalidade de fazer justiça aos valorosos milicianos civis curitibanos que, ao contrário dos militares, não se utilizam de tal benefício.

Exatamente como disse a autora do projeto em questão, em trâmite na Câmara Municipal de Curitiba: "por equidade e por paridade em relação à Polícia Militar o que se propõe é franquear também o transporte coletivo aos policiais civis e funcionários afins - o que é unânime e de inteira justiça - mas, também, e sobretudo, porque assim procedendo, o Poder Público estará a muito baixo custo, incentivando a presença dos agentes da lei no transporte coletivo urbano"... "coibindo a violência e a criminalidade...".

É preciso argumentar, ainda - os vencimentos corroídos da categoria e que muitos não possuem veículo automotor, portanto, se utilizando de transporte coletivo, arcam com um ônus mensal bastante elevado.

Que se apele, principalmente, ao nobre e ilustrado vereador Jorge Bernardi, presidente do Egrégio Legislativo Municipal curitibano, para que determine as diligências necessárias a fim de que o projeto de lei em tela seja apreciado pela Câmara dentro da brevidade de que seu mérito inspira.

E a todos os vereadores de Curitiba, para que em coro, aprovelem a proposta da vereadora Laís Peretti e transformem seus votos em Plenário, em instrumento para consecução da justiça a uma das mais merecedoras classes do Paraná - os policiais civis.

Que do teor do presente dê-se ciência, ainda, à União da Polícia Civil e às Delegacias de Polícias da Capital do Estado.

REQUERIMENTO N° 1094

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor

Secretário de Estado da Fazenda, Ilustre Dr. Adelino Ramos, solicitando alteração nos cálculos de ICMS, das Prefeituras Municipais, passando os atuais índices para os seguintes: 75% Adicionado, 12% Índice de Produção Primária, 6% População, 3% nº de Propriedades Rurais, 2% Área, 1% Fixo e 1% Mananciais Preservação Ambiental (Art. 132 Const. Estadual).

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Miguel Horban, em Palmital, Digníssimo Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Cantuquiriguaçu.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEXO.

JUSTIFICATIVA:

A proposição que se faz, objetiva equalizar de forma justa e dirimir as dúvidas sobre os debates e discussões por parte dos Prefeitos dos Municípios Paranaenses. Matéria de difícil resolução, haja vista que se premia minorias e se prejudica maiorias.

Com o advento da Lei nº 8282 de 15/04/86, que define critérios para fixação dos índices de Participação dos Municípios no Produto de Arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM, pareceu, para a grande maioria dos Municípios que suas receitas estariam asseguradas no sentido de levar avante os programas de governo e atender as expectativas da população.

Todavia, com a promulgação da Nova Constituição e vigorando os atuais critérios da Lei nº 8282, entendemos que a partir do ano de 1991, mais de 95% dos Municípios Paranaenses terão decretada a falência da instituição. Isto se explica, da seguinte maneira.

Em março de 1989, entrou em vigor a reforma tributária, conquistada a duras penas na Nova Constituição porquanto passou, o Estado, a cobrar imposto de prestação de serviços de Transporte Intermunicipal e de Comunicações. Repassa aos Municípios este tributo com o rateio em função do índice que cada um obteve no ano base 86/87 o que representou, sem dúvida, um incremento substancial no cômputo geral da receita do Estado e Municípios.

Também passou a vigorar o ICMS sobre os combustíveis cobrados à razão de 17% na forma de substituição tributária.

De março de 1989, até o final do presente exercício, estes mais de 95% dos Municípios Paranaenses estarão, assim como os demais, recebendo ICMS baseado num índice de participação apurado no valor adicionado de 87/88 que a partir de 1991, terá mudanças negativas sem precedentes porquanto o índice será apurado com base no valor adicionado de 1989 - este por sua vez - acrescido dos itens dos serviços e

da tributação sobre os combustíveis fará com que haja um aumento gritante, ocasionando um elevado incremento no índice dos Municípios que detêm a sede de Refinarias de Petróleo e de grandes Transportadoras.

Temos ainda, o tratamento tributário diferenciado que é dado em forma de incentivo à exportação de produtos industrializados. As exportadoras, por sua vez, não pagam ICMS pela exportação dos produtos industrializados, no entanto, o valor das operações de exportações geram um movimento global que é somado e agregado no índice do Município onde a empresa se acha instalada, com isso, este Município concorre com os demais e toma para si um incremento no seu índice que na verdade não lhe pertence, uma vez que essas operações não contribuíram para com o Estado com o ICMS e conseqüentemente não poderia o Município, com o aval do Estado, se beneficiar deste valor agregado em detrimento dos demais.

O atual momento brasileiro tem, no entanto, criado empecilhos ao setor público, no gerenciamento de programas mínimos de Governo, com o enxugamento dos recursos, a falta dos devidos cruzeiros inibe o direcionamento para as fontes de produção. O pior é que a iminência de uma recessão agrava cada vez mais a arrecadação de ICMS, de IPI, ou seja, estão se esvaindo os impostos.

Esta situação de dificuldade financeira é mais acentuada nos Municípios dependentes de uma só economia, pois conforme os índices tem mostrado, a cada ano que passa esses Municípios perdem pontos percentuais consideráveis nos seus índices, em favor dos Municípios industrializados, isto porque o produto só adquire preço depois que passa pela máquina e conseqüentemente depois que passa pelo processo de industrialização.

Isto posto, invocando o artigo 158 da Constituição Federal, vimos propor como sugestão, que os critérios em vigor da Lei nº 8282 sejam alterados para os índices propostos.

Com esta proposta, esperamos poder contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, escopo de nosso labor, erradicando cada vez mais a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. É A JUSTIFICATIVA.

REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas faculdades regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao senhor Secretário de Estado da Segurança Pública o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

01. Qual o tratamento que a Secretaria

de Segurança Pública do Estado vem dispensando aos pedidos de reinclusão de oficiais aos quadros da Polícia Militar do Estado?

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados da própria Polícia Militar, nos últimos anos, a comunidade paranaense cresceu, o Estado progrediu, os crimes proliferaram e, infelizmente, o número de policiais militares diminuiu, devido a vários fatores, causando prejuízos ao sistema de segurança pública.

Então, se o efetivo da PMPR diminuiu; se para o Estado é mais oneroso formar novos policiais do que receber de volta aqueles que já serviram à Corporação, é injustificável o indeferimento de todas as petições que requerem "reinclusão" de oficiais à PMPR.

Sendo assim, esperamos as informações do senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de esclarecer tais indeferimentos, bem como a política adotada pela pasta para as solicitações de "reinclusões".

REQUERIMENTO N° 1081

Rafael Greca de Macedo, considerando a Assembléia como egrégia consciência histórica e política do Povo Paranaense, pede ao plenário que se digne a acolher sua proposta de inserção nos Anais Legislativos do artigo do professor Luiz Carlos Tourinho publicado na Revista Técnica do Instituto de Engenharia do Paraná, número de abril de 1990, com o título Engenharia no Paraná antes de 1930.

Pede, outrossim, que a Primeira Secretaria envie cópias do mesmo artigo à Biblioteca Pública, seção paranaense, à Biblioteca do Museu Paranaense, e à Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba - aos cuidados da jornalista Maí Nascimento Mendonça, para inserção no Arquivo da Cidade capital.

Pede, ainda, que se dê ciência desta homenagem, como preito de gratidão aos engenheiros do passado, e ao ilustre historiógrafo - ao mesmo professor Luiz Carlos Tourinho, ex-presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, e Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, além de professor emérito da cadeira de Rodovias da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O artigo é minucioso na reconstrução da memória da Engenharia no Paraná, desde os primitivos cartógrafos a serviço D'El Rey até os construtores paranaenses da década de 1930.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 278/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a Estadualizar o Colégio Cecília Meireles, de 2° grau, sediado em Tupãssi.

Art. 2° - O chefe do Poder Executivo, regulamentará a presente Lei, num prazo de 60 (sessenta dias) a partir de sua publicação.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A estadualização do ensino no colégio Cecília Meireles, é de suma importância, porque ele oferece dois cursos profissionalizantes, contabilidade plena e magistério, considerados prioritários, não só para os jovens estudantes como também para os pais e conseqüentemente a toda comunidade.

Por isso, a medida aqui proposta é bem vinda e contamos com a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 279/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" de plebiscito, o Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 03.05.90

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento rápido que o Distrito de Campo Magro vem apresentando, faz com que a sua elevação à categoria de Município, venha de encontro, não só dos anseios de sua laboriosa população mas também do Estado do Paraná, que vê com a tomada dessa decisão, a premiação pelo progresso apresentado, incentivando com o seu exemplo, outros Distritos, que se empenham na apresentação de resultados positivos, para chegarem onde chegou o Distrito de Campo Magro.

Tendo em vista o acima exposto, nada mais justo do que apresentarmos projeto neste sentido.

PROJETO DE LEI N° 280/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Florença e Localidades Vizinhas, com sede e foro no Município de Colombo/PR.

Art. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Ao declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Florença e Localidades Vizinhas, nada mais fazemos do que reconhecer e apoiar o trabalho de um grupo de pessoas abnegadas que se ocupam em promover o bem-comum entre as pessoas residentes no Jardim Florença e localidades vizinhas, em Colombo.

Trabalhos comunitários como este, precisam contar com o estímulo necessário para melhor desenvolver seus objetivos.

PROJETO DE LEI Nº 281/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itapejara D'Oeste os lotes n.ºs 7, 8, 9, 10, 11 e 12, todos constantes da Quadra 11 do Perímetro Urbano da Cidade de Itapejara D'Oeste, neste Estado, matriculados no 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Pato Branco, respectivamente sob ns. 4.363, 4.362, 4.361, 4.360, 4.359 e 4.358.

Parágrafo Único - A área de que trata o "caput" deste artigo será utilizada na implantação do Projeto Piloto de Construção de Habitações Populares.

Art. 2º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 03.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O propósito do Projeto Piloto de Construção de Habitações Populares, para pessoas de baixa renda pretende mais do que propiciar aos trabalhadores a aquisição da casa própria.

Construídas nos lotes, objetos do presente Plano de Lei, acrescidos dos lotes que o Município doará ao Projeto, essas habitações, dotadas da infra-estrutura necessária tais como saneamento básico, escolas, Delegacias etc, terão o importante missão de integrar os seus moradores definitivamente na sociedade itapejarense através do acesso aos benefícios de saúde, educação, segurança, transporte e lazer.

Curitiba, quinta, em 03.05.90

Mais do que proporcionar aos trabalhadores de baixa renda, imóvel próprio, o Projeto pretende melhorar as suas condições de vida porque acredita que esta é a única forma capaz de desenvolver aptidões, aumentar a produtividade e consolidar a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida, não havendo quem queira discuti-la, declaro-a APROVADA.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esta Presidência solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal. 28 Senhores Deputados responderam a chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 28 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão.

A Ata está em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam queiram conservar-se como estão. APROVADA.

Finda a leitura do Expediente. No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inevitavelmente temos que voltar a um assunto que está envolvendo toda a sociedade paranaense. Trata-se da greve dos professores. Passados quarenta dias, ao que nos consta o Governador Álvaro Dias ainda não leu a Constituição Federal que escreveu que o direito de greve é um direito consagrado ao setor da atividade produtiva privada, extensivo esse direito aos servidores públicos. E toda a greve implica no diálogo, na negociação e essa negociação infelizmente não tem acontecido. De nada adianta a professora Gilda Poli receber os professores e não ter autonomia para negociar, porque o Governador não lhe dá essa autonomia, humilhando-a, inclusive, no encaminhamento desse diálogo ou dessa recepção que se faz ao comando da greve, porque na verdade o comando da negociação está com o Governador e a ordem do Governador é não negociar e não negociando está implícito o não reconhecimento

ao direito da greve. E esta situação está chegando aos extremos limites da intolância. Ontem assistimos a pa eata e a concentração dos professores. Depois de alguns alunos, pais e professores adentrarem ao Palácio, ouviram algumas palavras do Governador e esse depois se retira e deixa a Secretária da Educação no encaminhamento da greve, sem nenhuma autonomia.

Mas, não é só, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta tolerância começa a se estender aos próprios professores que ficam em vigília aqui ao lado da Assembléia na noite que passou. Às quatro e meia da madrugada de hoje, o primeiro frio rigoroso de Curitiba, recebo o telefonema do comando de greve informando que na frente dos vigilantes professores que se encontravam na praça estava um batalhão de choque para fazer a retirada violenta daqueles pacíficos professores. Pois bem, consegue o Álvaro Dias algo de inusitado: fazer com que tenhamos que nos levantar às quatro e meia do primeiro dia mais rigoroso do inverno paranaense para evitar a repetição da violência da greve passada. E aqui chegamos juntamente com o Deputado Rafael Greca e encontramos a tropa de choque pronta para agir por ordem do Senhor Governador. Agir às quatro e meia da madrugada? Que ordem estranha esta que parte do Governador e determina que comandos militares, sob sua responsabilidade, se desloquem dos quartéis e se dirijam em posição, em tropa de choque e em posição de ativa disposição, de retirar professores pacíficos de uma praça?

Senhor Governador Álvaro Dias, melhor que a tropa do choque é o diálogo. Melhor que o cacetete, as bombas, os cavalos, cuja jurisprudência já firmei nesta tribuna. V.Exa inaugurou a "jurisprudência" da violência contra a Educação. Não é o melhor caminho.

Espanta-me que, se da vez anterior se fez abertamente a violência, nesta madrugada deste dia 3 tentou-se praticar a violência na madrugada, quando a imprensa não está presente, quando o poder político também não está.

Registro esse fato, mais um episódio triste da História do Paraná, para que possamos ter de imediato esta abertura da negociação e do entendimento e que, desse entendimento e dessa negociação, os professores não saiam humilhados, porque há de se reconhecer que a greve aí decretada está no seu momento crítico, mas está também mostrando que esse segmento trata da sua reivindicação aguerridamente.

Negociar é preciso, Senhor Governador! Chame o comando de greve e a presidência do Sindicato, e converse, e se entendam. A Assembléia Legislativa já prestou o seu papel e deu a sua contribuição com a emen-

da que está nas suas mãos, Governador; e, se assim não o fizer, fatalmente a "jurisprudência" da violência do ano passado será firmado de novo e, lamentavelmente, o Governador Álvaro Dias terá de lavrar um novo "acórdão", firmando novamente uma emenda de que no Paraná a Educação é tratada com a violência e não com educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Deputados.

Nós assistimos ao orador que nos antecedeu fazer críticas ao Governo do Estado. Daqui a pouco assume a tribuna outro Deputado que defende o Governo do Estado; instantes depois vem à tribuna o nobre Deputado Algaci Túlio e protesta contra a falta de segurança e, logo após, um outro Deputado que traz reivindicação de sua região. E esta é a função do Parlamentar: O Parlamentar representa os mais diversos segmentos da sociedade paranaense, e ele é a média do que é a média do povo. Quando se diz que o Deputado não trabalha, que o Deputado é isso, que o Deputado é aquilo, esquecem-se também de exaltar as virtudes do Parlamentar; e o Parlamentar nada mais é do que o retrato do próprio povo que o elegeu.

Agora, para que ele desempenhe a sua função nesta Casa, para que esta Casa não se torne uma rua de mão única, nós precisamos da imprensa evidentemente, tanto a escrita como a falada e televisada. Mas, precisamos acima de tudo, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, é daquelas companheiras silentes, que nos acompanham no nosso dia, sem nunca emitir opiniões, nem favoráveis nem contrárias, aos assuntos expostos pelos Senhores Deputados na tribuna desta Casa. Eu me refiro às taquígrafas, o corpo de taquígrafos de qualquer Casa Legislativa, que é talvez um dos segmentos mais eficientes do Poder Legislativo. Hoje elas comemoram o seu dia, um dia que deve ser festivo para toda a Casa, um dia que deve ser de elogios, de reconhecimento ao trabalho extraordinário desses companheiros de labuta diária aqui no Poder Legislativo. É o "Dia do Taquígrafo", é o "Dia Nacional do Taquígrafo". As Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas, o Congresso Nacional devem ocupar a tribuna das respectivas Casas de Leis para dizer ao povo, para mostrar ao povo que nem todo funcionário é folgado, nem todo funcionário é aquele que deixa o paletó na cadeira, diz que vai até a esquina e não volta mais. O taquígrafo tem um trabalho árduo, um trabalho estafante, por isso muito importante para o Poder Legislativo.

Quero me congratular com esses companheiros de trabalho, e repito, silentes, passam para o papel com aqueles tracinhos que só eles entendem, tudo aquilo que dizemos de certo e de errado. Mas, sem elas não existia o Poder Legislativo, sem o taquígrafo o Poder Legislativo era uma mera ficção.

Por isso, senhores ouvintes, Senhores Deputados, as minhas congratulações, os meus parabéns e o meu reconhecimento a esse trabalho extraordinário dos nossos silentes companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu venho também a esta tribuna inicialmente cumprimentar o nosso corpo de taquígrafo aqui da Assembléia, os companheiros taquígrafos. Neste dia, nós que participamos no ano passado do Congresso realizado aqui em Curitiba e pudemos presenciar a união dessa classe, essa classe que faz realmente funcionar a Assembléia Legislativa, a Câmara Municipal e o Congresso Nacional.

Sem os taquígrafos certamente esta Casa teria muitas dificuldades para realizar o seu trabalho. Nesse sentido já está na Mesa um requerimento de minha autoria saudando a classe por esta data.

Mas, venho também a esta tribuna para manifestar o meu protesto, mais uma vez, contra as atitudes tomadas pelo Governo do Estado do Paraná em relação ao que aconteceu ontem e o que aconteceu durante a madrugada de hoje na Capital do Estado. Mais uma vez quase que se repete a tragédia do dia 30 de agosto de 1988, quando professores e pais de alunos foram espancados, receberam bombas de gás lacrimogênio, professoras saíram feridas, Parlamentares saíram feridos em consequência da greve anterior.

Ontem à tarde quase se esboçou um novo conflito quando veio um comunicado do Palácio Iguaçu de que o governo só negociaria, só receberia a Comissão de pais, alunos e professores se duas pequenas barracas e que estavam no canteiro defronte ao Palácio Iguaçu fossem desativadas. Tivemos evidentemente que intermediar a negociação para evitar que algo pior acontecesse. E pela madrugada também fomos chamados para que viéssemos dar o apoio, uma solidariedade aos professores em função de que o pelotão de choque da Polícia Militar já se fazia presente na Praça Nossa Senhora de Salete. Mais ainda, estranhamente, mas estranhamente mesmo, estava programada pela Polícia Civil um trabalho de inspeção às

viaturas da Polícia Civil lotadas na Capital do Estado do Paraná e, exatamente, coincidentemente aqui na Praça Nossa Senhora de Salete na manhã de hoje. Havia um comunicado já desde ontem de que às 8 horas da manhã de hoje, todas as viaturas da Polícia Civil estacionassem defronte ao Palácio do Governo aqui na Praça Nossa Senhora de Salete.

Quer dizer, uma forma a mais de intimidar ou quem sabe até provocar os professores para o revide, para com isso depois o Governo imputar a culpa aos professores que tivessem preparado alguma manifestação, tivessem reagido a uma ação da polícia.

Lamentavelmente isso estava programado, tanto que algumas viaturas e nós através de nosso meio de comunicação, no nosso programa de rádio - hoje pela manhã, recebíamos esta informação. Depois veio uma contra-ordem; depois que algumas viaturas já estavam estacionadas nesta região aqui, veio a ordem para deixarem o local e que fossem para outro lugar determinado hoje pela manhã.

Fatos realmente estranhos aconteceram nestas últimas horas.

Nós ontem à tarde, ao lado do Deputado Federal Tadeu França, do Deputado Valderi Vilela e do Vereador Presidente da Câmara de Londrina, Tadeu Felismino, estivemos reunidos com os pais de alunos de quase todo o Paraná que se faziam presentes aqui em Curitiba. Vieram para discutir e conversar com o Senhor Governador; procurar uma saída para este impasse criado com a greve dos professores e o não diálogo de Sua Excelência o Governador com essa categoria.

E os pais de alunos, no final da semana passada em Londrina, fizeram uma assembléia, com a presença extraordinária de pais naquela cidade e tiraram um documento, uma pauta de reivindicações a Sua Excelência o Senhor Governador. Esta pauta consta de cinco itens e foi discutida ontem no plenarinho da Assembléia e depois foi levada ao Governador:

1) - "Abrir de imediato a conversação entre o Governador e os professores, com a mediação dos pais para que o regresso às aulas aconteça o mais rápido possível.

2) - Não adotar quaisquer medidas punitivas aos professores em greve, assim como demissões, descontos em folha de pagamento e outras medidas.

3) - Elaborar calendário complementar para o ano letivo de 1990 de reposição de aulas da greve.

Quanto à reposição das aulas não ministradas em consequência da greve na rede estadual de ensino público, nós fiscalizaremos e faremos cumprir o calendário das reposições das aulas, pois o interesse é

nosso e de nossos filhos.

4) - Que o Governo repasse pelo menos o IPC dos meses correspondentes de janeiro a março de 1990, o qual está fazendo falta na mesa de nossos educadores.

É de nosso conhecimento que o Governo pagou o IPC de janeiro e fevereiro de 1990, faltando o mês de março, o qual o Governo Federal autorizou o repasse de 72,76% e demais reivindicações de direitos dos professores.

5) - Nossa posição: estamos preocupados com os nossos filhos fora da sala de aula. Nossa posição é clara e justa. Queremos a volta às aulas sem prejuízo aos nossos filhos e professores".

Esta a pauta de reivindicações que foi entregue ontem a Sua Excelência o Governador do Estado e que os professores até este momento aguardam ainda uma resposta por parte do Governador, o que até agora lamentavelmente não aconteceu. A greve continua, os professores mantêm-se na sua posição e o Governador, lamentavelmente, também na sua posição de intransigência, de falta de bom senso; porque, afinal de contas, neste impasse todo, quem está sofrendo mais são os filhos dos paranaenses que, infelizmente, já estão há mais de trinta, quase quarenta dias, sem aulas.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois motivos nos trazem a esta tribuna para fazer algumas reflexões sobre o momento político nacional e o momento político paranaense.

O primeiro os oradores que nos antecederam já identificaram alguns fatos, alguns momentos preocupantes da nossa vida política no Paraná. Também me reporto em fortalecimento, a minha preocupação, e quero crer de todos nós, inclusive de toda a nossa comunidade, em função do que estamos assistindo sobre o impasse dos professores. Quero crer que esta Casa, quando se houve por unanimidade em aprovar um aumento no valor de 196% em cima do que o Governo apresentava, quiz, portanto, expressar a preocupação do que vem acontecendo e que está por acontecer ainda, na greve que se alastra de uma forma infinita e cujas preocupações são observadas.

A exemplo do que foi feito a nível nacional onde a palavra pacto mais uma vez voltou a se evidenciar, e desta feita Governo, empresários e empregadores se harmonizam, se entendem, se disciplinam no sentido de procurar entender a forma de consciência nacional tentar achar a solu-

ção para o programa político voltado à área econômica. O que quero dizer é o seguinte: o Governo ao reduzir a escala, escala a hora de trabalho, com menos salário. O Governo, o empresário, os empregadores acatam para evitar o desemprego e a recessão. E aqui no Paraná, fazendo uma paródia, uma comparação, um momento igual eu diria ao Governador Álvaro Dias que analisasse e observasse o que aqui nesta Casa foi na semana passada discutido e analisado em forma de proposta, que uma comissão se formasse junto aos professores, a Associação, Sindicato e líderes dos Partidos nesta Casa para tentar negociação. Se não der os 196, não der os 60, vamos achar um meio termo para solução e que possamos terminar o impasse que vem se arrastando e promete se arrastar por datas indefiníveis.

A segunda, companheiros, é o que eu li na coluna Carlos Chagas, hoje. Confesso, andava até preocupado com o que Carlos Chagas deixava transparecer na sua crônica matinal, nos diários, nos jornais da Manchete. E isto me preocupa por que será que Carlos Chagas passou para o lado de lá? Hoje chama a atenção daqueles que na semana passada também os companheiros, se não me falha a memória o Deputado Erondi, o Deputado Nereu Carlos Massignan aqui falaram, o Deputado Rafael Greca também, fizeram críticas que o Executivo, através da imprensa vem desenvolvendo sobre o momento nacional. O elemento que identifica naturalmente é a preocupação do Governo em fazer a matéria para tentar denegrir todo o poder político, aquele grande poder político que tem expressão e força extraordinárias dentro deste momento democrático, para tentar salvaguardar o povo, a grande expressão do País. Para sustentar aqui o que é necessário, e nesta Casa tivemos a oportunidade de ver e sentir os colegas sustentarem a defesa de uma classe, a dos professores, aquilo que vem se tornando as suas aspirações. De sorte que, Carlos Chagas...

(É tirado o som)

...e expressa a gratidão pelo que você sentiu e naturalmente há de sentir. Vou me expressar, do meu gabinete, a você, companheiro Carlos Chagas, para que você sustente o que muito bem e inteligentemente, e oportunamente identificou, as intenções do Executivo deste Brasil em tentar denegrir e caminhar para um futuro que ele mesmo trilhou. Tomara Deus que isto não aconteça porque eu confesso, estou com medo desses 30 dias que se aproximam para a apreciação deste projeto: Plano Econômico, denominado "Muda Brasil", um Brasil novo, um Projeto novo, identificado também como "Presidente Collor".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Federal Hélio Duque que nos honra com a sua presença.

Eu estou pedindo hoje à Assembléia por requerimento, o envio de uma moção de alfabetização política, "para empresa tudo meu", com sede na Alameda Princesa Isabel nesta cidade de Curitiba, pela impressão e veiculação deste boton e de uma campanha de adesivos, que diz o seguinte: "Faça o Político trabalhar, não o reeleja". Num flagrante desserviço à democracia por propagar a idéia de que a atividade política não é trabalho, mas sim, sibiritismo e prevaricação. Naturalmente os Senhores Deputados sabem, a palavra sibiritismo vem da cidade Síbaris, velha cidade da Etrúria Romana, onde os habitantes decaíram por só se entregarem aos prazeres da vida, e prevaricação vem de acordo com o dicionário do vocábulo latino que quer dizer "faltar com o dever".

Peço o envio de uma moção de alfabetização política composta dos seguintes itens: uma cópia deste requerimento, cópias xerográficas com as fichas de todos os projetos de lei dos Deputados da presente legislatura, bem como, dos pedidos de informação aqui realizados. Um exemplar da Constituição do Estado do Paraná, e um outro exemplar da Constituição da nação brasileira e um convite para que os empreiteiros da referida campanha lancem uma outra dizendo: fiscalize o seu voto, veja o que o político em quem você votou fez pelo bem comum, ou então experimentem se candidatar a um mandato político, buscando servir a todos longe do dístico egoísta do tudo meu, que o equivocado dístico tem espalhado.

A justificativa, Senhor Presidente, a impressão de botons desse sentido, fazendo o povo querer crer que o trabalho político não é trabalho, portanto, não é esforço digno de remuneração, baseia-se em três grandes bobagens, três profundos ataques à democracia que se tem repetido neste País. O primeiro, a idéia de que os Parlamentos não devem ser remunerados e não devem custar nada, o que levaria o País a ter uma representação popular só de homens muito ricos. Portanto, a plutocracia, não servindo aos interesses do povo, porque os ricos, se vão candidatar, se a atividade legislativa for gratuita ou vão colocar os seus prepostos para fingirem que representam o povo, a mesma campanha leva a uma outra idéia, a idéia do cazarismo, a idéia de que apenas o Poder Executivo é necessário, a TV Globo no seu "Jornal Nacional" está além de noticiando, emitindo comentá-

rios, dizendo que o povo fustigue com chanfалhos da reprovação os atuais membros do Congresso Nacional e das Assembléias, das Casas do povo votando nos candidatos do Partido do Presidente, tal era a frase do "Jornal Nacional" de ontem. E a terceira idéia, que é uma idéia profundamente estúpida que é a dos candidatos sem consistência, que pretendendo mandatos que hoje não possuem querem induzir o povo a seu favor desmoralizando previamente a sua, a representação do povo, sua, do povo, a representação pretendida.

O candidato a Deputado Estadual Mauro Morais, Vereador da cidade de Curitiba, que merece o repúdio do Governo Municipal, portanto não vai assumir a Prefeitura da cidade de Curitiba pelas suas teses levianas, o Prefeito Jaime Lerner, vetou o seu nome como o seu substituto durante a próxima viagem que fará ao Japão, para representar a cidade num seminário de Transporte junto ao Jornal "ASAHI SHIMBUN", o Vereador Mauro Morais anda falando que vai fazer uma carreata até esta Assembléia contra os privilégios da mesma.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse tipo de político, pretensão político moralizador; esse tipo de político que desmoraliza o Parlamento, quando entrar aqui não vai, de maneira alguma, atacar qualquer tipo de privilégios, senão vai tentar ir com mais sede ao pote. Vejam bem, o Vereador Mauro Morais quer discutir o "Estar" em Curitiba, o estacionamento remunerado que é pago à Urbs - Companhia de Urbanização de Curitiba. Logo, atrás dele devem estar os interesses dos grandes estacionamentos de automóveis do centro da cidade. É, portanto, não há soldo, imoral para ser qualificada como representante do legítimo Poder Legislativo.

A propósito dos políticos, que não trabalhamos, quero informar à Assembléia que o Deputado Nereu Carlos Massignan e eu nessa madrugada viemos às 4 horas da manhã à Praça Nossa Senhora da Salette para garantir com a nossa presença física a integridade física dos professores e professoras do Paraná que acampados diante dos poderes constituídos do Estado esperam solução para seu impasse salarial.

Um tenente coronel chamado Abraão, no entanto, sem o munos e o primado daquele Abraão que levava seu filho ao deserto para o sacrifício no começo de uma manhã dos tempos, esse tenente coronel chamado Abraão veio à frente de uma corte de soldados petrorianos, soldados do Palácio Iguazu promover a desocupação da Praça da Assembléia e exigir que os professores desarmassem suas tendas. Como as tendas dos antigos israelitas no deserto; as tendas dos nossos professores incomodam o príncipe. Ele vislumbra os seus adversários materia-

lizados na Esplanada do seu palácio. E o guarda petroriano que, comigo e com o Deputado Nereu parlamentava nos informava o seguinte: Ser a Praça de Nossa Senhora da Salete a extensão da área de segurança do palácio.

Ora, as perspectivas do Governador Álvaro Dias me parecem profundamente limitadas porque é o Paraná inteiro que vai armar a sua tenda de reprovação nas próximas eleições e não apenas esse punhado de professores que terminou a noite e começou a manhã sem a cobertura para a sua vigília que, pode até ser condenável, mas é de todo defensível e democrática. Democrática porque sinaliza a pretensão de uma classe; de uma classe que não concorda que o povo não possa pagar a sua reivindicação salarial.

A propósito, para esclarecer se realmente é verdade o que os jornais de hoje publicam, eu sugiro à Assembléia o trabalho de pedir informações ao Governador sobre a detalhada folha de pagamento do magistério estadual para que se veja se realmente aqueles percentuais de professores que ganham mais de 40 mil cruzeiros são corretos e para que se veja se realmente aquilo que se afirma nos veículos de comunicação social é a legítima expressão da verdade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Parece-me que enquanto esse tipo de campanha estiver sendo feita e nós mativermos silêncio, corremos todo o risco de passarmos por sibaritas e prevaricadores quando nem todos o somos.

Torno a insistir que a Mesa da Assembléia deve pedir à Rede Globo de Televisão o direito de resposta do programa "Globo Repórter" feito na semana passada para que, pelo menos, a Assembléia do Paraná não fique conivente da geral locupletação que se está tentando insinuar na cabeça do povo.

Era isso que eu tinha a comunicar à Assembléia nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças consulto o PT.
(DECLINA).

Havendo declinado consulto o PL.

(DECLINA).

Havendo declinado consulto o PDS.

(DECLINA).

Havendo declinado consulto o PFL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Os gabinetes desta Casa, quero crer que todos eles, têm recebido correspondência, telex, ofício, no meu caso foi telex,

de inúmeras pequenas empresas de construção civil e pavimentadoras, reclamando a atenção dos Parlamentares para a votação de matéria do Senhor Governador que se encontra nesta Casa, que objetiva a suplementação de verbas do orçamento geral do Estado, para cumprir compromissos com as mesmas empresas.

Permito-me a leitura rápida de parte do texto, porque é de estranheza total deste Deputado a presença de Mensagem do Senhor Governador, nesta Casa.

Depois de relacionar as empresas, diz o subscritor que: - "como V. Exa, pode constatar somos um grande número de pequenas empresas, do interior do Estado, todas as empreiteiras do Governo Estadual, através do DER. Como diz nossos contratos, executamos serviços de calçamento, com pedras poliédricas, em estradas vicinais, que emprega grande quantidade de mão-de-obra, pois é serviço manual, cerca de 1.000 pessoas entre todas as empresas, resultando cerca de 4.500 dependentes, etc.

Os contratos que mantemos são antigos, licitados em julho de 88. A situação de nossas empresas é gravíssima, neste período de 90 não nos foi pago nada dos aproximadamente 120 mil metros quadrados de pavimentação que temos a receber, os quais não recebemos por falta de aprovação por esta Casa de Leis de suplementação de verba gráfica para o DER, no orçamento estadual.

Prezado Senhor Deputado, estamos em suas mãos. Somos pequenos, digo pequenas empresas em nosso capital e mão-de-obra, dependemos, portanto, da votação da referida suplementação, sob pena de insolvência. Confiando em sua responsabilidade e etc."

Assina Ilário Ortega, Presidente, e Luiz Carlos Bohbn, Secretário.

Além disso, Senhor Presidente, em meu gabinete, em contatos com Senhores Prefeitos municipais, permanentemente sou solicitado a votar pedido do Senhor Governador, de Mensagem, de Projeto, que pretendem a suplementação de recursos orçamentários.

Quero dizer, apenas para registro nesta Casa, que, para este Deputado aqui não é necessário ninguém se dirigir, nem Prefeitos, nem empresas, eu nunca neguei votar qualquer suplementação, e tenho desconhecimento que a Casa tenha recebido pedido do Senhor Governador, e quando veio o pedido, já que nós estamos aqui votando, permanentemente, matérias apreciadas no Plenário, por decisão da Mesa, que constitui o Plenário em Comissão Geral, e através dela anuncia-se acerca dos pareceres de aspecto constitucional ou não, repito, para dizer do meu reconhecimento do pedido do Senhor Governador, nesta Casa, e que

jamais, não só eu como diversos Deputados que aqui estão, não conheço ninguém que tenha se manifestado contrário à votação de pedidos de suplementação do Senhor Governador, e que, naturalmente me causa estranheza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua o Horário das Lideranças.

Consulto o PTB.

(DECLINA).

Havendo declinado consulto a PRN.

(DECLINA).

PDC com a palavra.

(DECLINA).

PSDB com a palavra.

(DECLINA).

PMDB com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Inicialmente, não à guiza de solicitação, visto que em comentários com a Mesa Executiva, quer nos parecer que a Executiva submeterá a transformação deste Plenário em Comissão Especial para apreciar e relatar as matérias que se encontram na Casa de recomposição do orçamento. Uma medida em boa hora, em vistas que é inadmissível continuarmos um Estado sem orçamento próprio.

E a participação dos Senhores Parlamentares, através de suas emendas, acaba sendo dada na votação das fases do orçamento aonde dentro do estrito direito de cada Parlamentar, vai emendar esse orçamento conforme lhe aprouver.

E temos ouvido constantemente solicitações que na verdade nos geram embaraços a este Parlamento, como por exemplo situações hoje já vividas pelas próprias penitenciárias do Estado do Paraná, com dificuldade de empenho de alimento para ser adquirido. E recentemente recebi comissões de trabalhadores sem-terra do Estado do Paraná que não têm recebido a cesta básica que recebiam para sua própria sobrevivência em virtude da Secretaria estar sem rubrica orçamentária para aquisição de alimentos.

Mas, acredito e entendo o pronunciamento do Deputado Basílio Zanusso de que a Executiva desta Casa transformando a Assembléia em Comissão Especial as emendas de recomposição orçamentária estarão dando um passo, possibilitando que talvez na próxima segunda-feira nós já tenhamos na Ordem do Dia a votação destas mensagens.

De outro lado, gostaria de dizer da nossa preocupação como bancada do PMDB, no impasse gerado pela greve dos professores, e de que amanhã, às 10,30 hs. da manhã es-

taremos com o Governador Álvaro Dias em uma comissão formada por prefeitos, representantes das microrregiões do Estado do Paraná, bem como professores, para tentar um diálogo ameno, sereno, buscando avançar na possibilidade de uma solução.

Tenho dito reiteradamente que o acirramento dos ânimos em nada contribui para a solução do impasse e que talvez haja até um esgotamento das comissões que têm negociado até este instante, sendo necessária nessa hora mais do que nunca, uma intermediação serena que possa buscar alternativas de solução do impasse.

Então, estaremos amanhã com o Governador, às 10,30hs. com uma comissão, para tentarmos encontrar uma solução àquilo que está acontecendo.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, volto uma vez mais solicitar a estes Parlamentares, a este Plenário, devido a requerimentos que temos na Mesa para votação de hoje, de que venhamos a adotar um princípio de cautela no que diz respeito a isenções pura e simples propostas através de projetos de lei, neste Parlamento.

É indispensável que se faça o levantamento econômico da sangria na arrecadação do Estado, às isenções que estamos propondo. Até porque não consigo acreditar em isenção. Alguém sempre paga a fatura da isenção que se dá a um setor. E evidentemente, neste momento de dificuldade nós precisamos entender aquilo que beneficia realmente àqueles mais sofridos deste Estado e desta Nação, e aquilo que generalizado possa criar benefícios até para aquelas camadas mais abastadas da nossa população.

Por isso, gostaria de que este Parlamento nos apoiasse na votação dos requerimentos, que pedem que tais projetos sejam enviados para as comissões, a fim de que recebam o tratamento Constitucional e Regimental que a Casa exige, além da cautela necessária aquilo que representa isenções no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão de Orçamento desta Casa, nas condições de Membros Titular e Suplente. À Diretoria Legislativa para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 304/89. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 304/89, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram descontos por motivo de greve e proceder o devido ressarcimento. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 97, de 06.11.89).

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 259/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Lidianópolis, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 109, de 15.10.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 186/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que dá responsabilidade ao Estado do Paraná, na manutenção dos Cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá. Aprovado. (Publ. no DA. nº 66, de 08.08.89).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 392/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo consolidar e renegociar a dívida da Cidade Industrial de Curitiba S.A. - C.I.C., e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no DA. nº 119, de 14.12.89).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 08/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria o município de Farol, desmembrado do Município de Campo Mourão, com divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 33, de 03.04.90- 1.^a Discussão).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 88/90, de autoria dos Deputados Namir Piacentini e Nilton Barbosa, que cria o Município de Encantado do Oeste, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 05, de 05.03.90).

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 204/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 75/90), que cria o quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da Assembléia. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. Aprovado.

O Projeto irá à Redação Final.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 228/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 64/89), que autoriza o Poder Executivo permutar imóveis no Município de Cornélio Procopio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 173/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 67/90), que dá nova redação ao artigo 6º, da Lei nº 9.194, de 18.01.90 (Os valores da gratificação de Gabinete e da gratificação de Produtividade ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento). Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 29/90, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza a realização de Plebiscito nas divisas descritas, no atual Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no Município de Colorado, para que a população decida sobre a criação do Município de Alto Alegre. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 242/90, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que autoriza o Poder Executivo a criar a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, emendas em nº de 3 (três), de Plenário, de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 242/90**

.... Fica suprimido o Art. 3º, do Projeto de Lei nº 242/90.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamento: Algaci Túlio, Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno, Pedro Tonelli, José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

O motivo desta emenda supressiva prende-se ao fato de que a Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel é uma entidade municipal impossibilitando, desta forma, a transferência de seu patrimônio para a instalação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências, Filosofia e Letras de Bandeirantes.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

O Projeto de Lei nº 242/90, fica acrescido de artigos e parágrafos, com a seguinte redação:

Art... - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual de Centro-Oeste-UNICENTRO, com sede e foro na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, mediante a transformação da Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e a incorporação da Fundação Faculdade, Ciências e Letras de Irati.

Art... - São fins da Fundação Universidade Estadual Centro-Oeste a realização e o desenvolvimento da educação superior da pesquisa e extensão e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art... - A Fundação Universidade Estadual do Centro Oeste competirá inicialmente a manutenção das seguintes instituições de ensino superior.

I - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava- FAFIG e

II - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati- FECLI

Parágrafo Único - A Fundação Universidade Estadual Centro Oeste deverá desenvolver de imediato o processo necessário para a criação da Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO, resultante da congregação das duas faculdades referidas no "caput" deste artigo.

Art.... - A fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste gozará de autonomia didático-científica, administrativa e de

Curitiba, quinta, em 03.05.90

gestão financeira e patrimonial.

Parágrafo Único - O Governador do Estado designará representantes do Governo nos atos constitutivos da Fundação.

Art.. - A receita financeira da Fundação será proveniente:

I - das dotações orçamentárias anualmente consignadas no orçamento do Estado.

II - dos auxílios, doações e subvenções federais e municipais, ou de outras origens.

III - das contribuições escolares

IV - das taxas e emolumentos escolares

V - dos rendimentos de serviços prestados

VI - das contribuições financeiras decorrentes de convênios, acordo ou contrato

VII - das rendas patrimoniais

VIII - das rendas eventuais

IX - de saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art... - O patrimônio da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste será constituído:

a. dos bens imóveis, móveis e equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinados.

b. dos saldos dos exercícios anteriores.

c. dos auxílios, doações e legados recebidos de pessoas naturais ou entidades de direito público ou privado.

Art... - Dentro de sessenta dias a contar da publicação da presente lei, deverá ser elaborado o Estatuto da Fundação, para ser submetido ao Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) RENATO ADUR

WERNER WANDERER

ARTAGÃO MATTOS LEAO

CÂNDIDO BASTOS

EZEQUIAS LOSSO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Inclua-se onde couber.

Art... - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de fundação a Faculdade Estadual de Ciências, Letras e Direito de Pitanga, com sede e foro no Município de Pitanga.

Art... - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de fundação a Faculdade Estadual de Direito de Bandeirantes, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(aa) VALDERI MENDES VILELA

RENATO ADUR

Apoiamento: Paulino José Delazeri, Lindol-

fo Júnior, Orlando Pessuti, Lauro Lobo Alcantara, Dirceu Manfrinato, Cândido Bastos, Artagão Mattos Leão, Sabino Campos, Eduardo Baggio, Neivo Beraldin, Mário Pereira e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um estabelecimento de ensino superior na cidade de Pitanga, e a diversificação de curso de nível superior na cidade de Bandeirantes, contribuirão, e muito para o desenvolvimento daquela região. Pois, desta forma, os jovens lá residentes não precisarão deixar suas cidades para estudarem e a própria região lucrará "in loco" dos ensinamentos administrados por tais faculdades. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda n° 01, de Plenário. **Aprovada.**

Em votação a emenda n° 02, de Plenário. **Aprovada.**

Em votação a emenda n° 03, de Plenário. **Aprovada.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 36/90, de autoria da Comissão Executiva, que determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado Pirajá Ferreira. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Em Discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 036/90

PARECER:

De autoria da Comissão Executiva desta Casa, o presente projeto de Resolução visa determinar a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado Pirajá Ferreira.

Conforme cita em seu artigo 57, §§ 1° e 2°, da Constituição Estadual, os Deputados gozam de imunidade parlamentar e desde a expedição do diploma não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa. E que o indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

Nestas condições, é o nosso PARECER FAVORÁVEL, a sustação do Processo de Ação Penal e por conseguinte a Aprovação do Projeto de Resolução n° 36/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

FERRARI JÚNIOR

Relator.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a

palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes.

Estamos apreciando neste Plenário, em 2.^a Discussão, uma matéria, matéria que pouco se aprecia e se apreciou nesse Parlamento, matéria que trata das imunidades parlamentares, e as matérias que foram aqui tratadas com referência a outros Parlamentares, não motivaram para que nós nos posicionássemos nessa tribuna, quanto ao uso, ou mal uso dessa prerrogativa que se coloca em julgamento nesse momento, quando se autoriza ou não a continuidade de um processo de um crime, crime que porventura tenha sido cometido por um Parlamentar.

A matéria ora em discussão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, propõe uma sustação do processo penal eleitoral contra o nobre Deputado Pirajá Ferreira por crime eleitoral cometido durante a campanha eleitoral de 1986.

Declaro meu voto contrário. Não sou a favor da sustação porque quero deixar bem claro que nós temos que caracterizar os crimes que um Parlamentar sofre acusação no desempenho do mandato, e os crimes que são por vontade pessoal exercido sem nada a ver com o mandato. A acusação impetrada contra o nobre Deputado Pirajá Ferreira, que nesse momento nós estamos em apreciação, era o uso do rádio para campanha eleitoral para si e para o Deputado Maurício Nasser, que também já foi condenado pela Justiça Eleitoral, por crime eleitoral, durante o período eleitoral fora do horário eleitoral gratuito.

A prática e a acusação contra o Parlamentar é proibida pela Legislação Eleitoral. Agora, como determina a nossa Constituição, a Assembléia deve se manifestar e por sua vez a Comissão Executiva propõe ao Plenário a sustação do referido processo.

Faço com toda firmeza, toda serenidade de consciência o meu voto contrário pelos seguintes motivos: a prerrogativa dos Parlamentares serem processados criminalmente, apenas após a autorização de sua Casa Legislativa, é decorrência de uma imunidade parlamentar. Essa, por sua vez, é a garantia para o exercício de um mandato de forma isenta de qualquer tipo de coação intimidatória, e não é isso que justifica a não autorização ou a sustação nesse caso, ora em discussão.

A inviolabilidade dos Parlamentares por suas opiniões, palavras e votos, na verdade, é a defesa do instituto de representação popular. Portanto, não é, nunca foi, e nem poderá ser, instrumento de defesa de corporativismo ou de acobertamento de ilícitos, particularmente se forem

eleitorais.

É público e notório que no Brasil, infelizmente, as campanhas eleitorais são marcadas pelo abuso econômico e principalmente pelos abusos dos meios de comunicação social.

O exemplo cabal disso foi o processo contra os Deputados Maurício Nasser e Basílio Villani em 1986 e 1987 que, creio eu, é de todos conhecido. Um deles coincidentemente fazia dobradinha com o Deputado que agora é acusado. As rádios e as televisões que são concessão do Estado são disputadas a ferro e fogo porque é a garantia da eleição. Os casos são inúmeros, então novamente se coloque em apreciação se nós aprovamos ou não, o uso indevido de concessões estatais de benefícios, a grupos ou pessoas privilegiadas, por um motivo ou por outro e normalmente sempre quando são amigas do rei.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse Parlamento não pode permitir atitudes ilícitas sejam acobertadas em nome da imunidade parlamentar. Esse caso é um caso que esse Parlamento não pode aprovar, quando qualquer cidadão, seja quem for, usar um veículo de comunicação de massa, desrespeitando a Lei Eleitoral isso eu considero a maior falta de ética Parlamentar. Isto contribui com o tratamento diferenciado que nesse Parlamento nós sempre condenamos.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este parlamento deveria, creio eu, que a partir dessa reflexão, analisasse com profundidade o mérito desta matéria, e não autorizar.

Temos que garantir as imunidades parlamentares para qualquer acusação parlamentar no exercício do seu mandato. Agora, no desempenho dos seus interesses pessoais, e o que é muito pior, abusando a Lei Eleitoral, buscando benefícios eleitorais próprios, esta atitude, nós não podemos acobertá-la.

É por isto, e por outros e outros motivos que votarei contra.

Quero dizer também, que a Lei Eleitoral no seu Artigo 240 e no Artigo 247 é claríssima.

O Artigo 240 diz o seguinte:

"A propaganda de candidatos eletivos somente é permitida após a respectiva escolha pela convenção".

Artigo 247:

"É proibida a propaganda: inciso 2º: por meio de cartazes afixados em quadros, ou painéis de empresas de publicidade ou em recintos que o público tenha acesso, como: cinemas, clubes, lojas, restaurantes, bares e outros".

Portanto, a situação do presente processo significará a legitimação da prática de ilícitos eleitorais.

Os abusos estão ocorrendo novamente nestas eleições, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e nós temos que coibir. Ou todo mundo cumpre a Lei ou ninguém a cumpre. Todo mundo faz o que bem entender.

É por isto, que este é o momento oportuno para que nós neguemos esta sustação e as responsabilidades pessoais, que não são no exercício do mandato, ela tem que ser coibida.

Era isto, Senhor Presidente.

Era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, pela ordem.

Uma informação, Senhor Presidente, queria saber se os Projetos de Resolução, que solicitaram a sustação do processo de ação penal contra o Deputado Pirajá Ferreira, tem relação com o pleito de 86 ou de 88? De 89 ou de 86?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De 86.

O SR. MÁRIO PEREIRA - De 89. Porque, Senhor Presidente, veja bem: muda de figura a situação. Se se trata de crime eleitoral, utilizando meios de comunicação para a sua própria eleição, é uma coisa. Eu acredito que isto já foi ultrapassado pelos processos que entraram na Justiça, já findaram do pleito de 86.

Agora se foi com relação ao pleito de 89, em que toda a imprensa nacional se engajou de uma forma ou de outra na campanha para Presidente, os órgãos de comunicação escrito, falado, a televisão, todos opinaram a respeito quase que participando da campanha eleitoral, e se não houve nenhuma atitude por parte do Tribunal Superior Eleitoral com as rádios, televisões e jornais, se o Deputado Pirajá Ferreira que comanda um programa, foi por ter emitido opiniões do pleito 89, que toda a imprensa brasileira, repito, se engajou no pleito, é uma questão; outra, seria se fosse com seu programa em função da sua própria eleição, me parece que da eleição de 89.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência confirmasse a data; se foi em 86, 88 ou 89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem ofício do Procurador do Tribunal Regional Eleitoral que diz o seguinte:

De ordem do Excelentíssimo Senhor Onésimo Mendonça Viana Assunção(Lê off-

cio)

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Quero comunicar aos nobres Pares que eu conferi o processo no Tribunal Eleitoral e o processo de acusação é de uso do rádio para fazer campanha para si e para o Deputado Maurício Nasser na campanha de 86, durante o período de campanha gratuita e nos horários fora do horário gratuito. Em 86.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente e Senhores Deputados, já que suscita aqui uma dúvida sobre o processo que se refere à eleição de 86 ou de 89, como não se sabe qual é o assunto com certeza, quer dizer, temos a informação do Deputado Pedro Tonelli, mas eu gostaria de ponderar o seguinte: nós não temos uma informação oficial e para que se faça um julgamento de consciência no voto, eu entendo que é necessário que o próprio Tribunal encaminhe a esta Casa a informação correta do que se originou esta denúncia, baseado em que inquérito policial. Neste aspecto, eu pondero, então, à Mesa que retire o projeto da Ordem do Dia e oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, solicitando as informações oficiais a que processo se refere, originário de que inquérito e em que fase se encontra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) -

Senhor Presidente, eu levantei a questão de ordem e, antidemocraticamente, o Deputado Pedro Tonelli e o Deputado Nereu Carlos Massignan me tomaram a palavra quando eu não consegui ainda fazer chegar à Presidência o meu raciocínio.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Nobre Deputado, eu acatei a orientação da Mesa. Queira me desculpar. Vossa Excelência tem todo o meu respeito e longe de mim querer atrapalhar os seus iluminados argumentos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Agradeço a gentileza de Vossa Excelência Senhor Presidente, uma vez que não se fala com relação à data do pleito eleitoral, se foi 86, 88 ou 89 ...

O SR. PEDRO TONELLI - Foi em 86, Senhor Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - ... eu vou colocar, aqui, a minha posição.

Vou votar favorável à suspensão do processo em respeito à Constituição, uma

vez que está inserida a imunidade parlamentar. E esses casos, se houve abuso dos meios de comunicação, nós estaremos isentos destes fatos neste pleito de 1990, uma vez que o Congresso Nacional já aprovou uma lei afastando todos os comunicadores da imprensa quatro meses antes das eleições.

Então, eu voto em respeito à imunidade parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo A palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Senhor Presidente, sou contra o requerimento verbal formulado pelo nobre Deputado Nereu Carlos Massignan. E considero ridículos, infantis e absurdos os argumentos, levantados nesta Casa, contra o instituto da imunidade Parlamentar. É a Constituição que define, está liquidado, o que a Constituição falou não cabe ao nobre Deputado Pedro Tonelli, não cabe ao nobre Deputado Nereu Massignan, a qualquer elemento deste Poder, contestar.

Esta Casa jamais negou apoio a processos desta natureza. Temos casos ainda recentes que esta legislatura aprovou, que é o caso do nobre Deputado Algaci Túlio, num processo muito mais importante do que este do Deputado Pirajá Ferreira, que é um processo comum, normal, corriqueiro, que a Justiça Eleitoral nada mais fez do que cumprir a lei, na ocasião, e denunciá-lo. Não é só porque ele usou a rádio! Quantos usam a rádio? Quantos nesta Casa estão usando os meios de comunicação. Quantos vieram para esta Casa, através dos meios de comunicação.

Então pretender-se fazer agora uma injustiça contra um membro deste poder, apenas porque ele é radialista, isto é uma ignomínia, Senhor Presidente, por isso eu voto favoravelmente e eu espero que Vossa Excelência não retire o projeto da Ordem do Dia, para que esta Casa não desrespeite o que determina a Constituição, não só a Estadual como a Federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio para encaminhar.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro para deixar bem claro, porque é que esta Casa sustou dois processos movidos contra a minha pessoa, Deputado Erondy Silvério citou e me obriga agora a esclarecer para que não hajam dúvidas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Quero dizer a Vos-

sa Excelência que votei favoravelmente e achei muito justa a atitude da Casa em sustar os processos contra Vossa Excelência que eram caluniosos.

Isso eu disse na oportunidade. Eu apenas citei o caso de Vossa Excelência como exemplo. Para um serve e para outro não?

O SR. ALGACI TÚLIO - Exatamente. Estou explicando apenas que um dos processos movidos contra a minha pessoa foram por críticas movidas contra problemas seriíssimos existentes no sistema penitenciário do Estado do Paraná, denúncias graves que ali ocorreram, fatos que ocorreram, fatos que ocorreram e que lamentavelmente numa época em que este Deputado, que tinha programa de televisão era muito visado por aqueles que infelizmente estavam no Poder.

Uma pressão movida que resultou no processo contra a minha pessoa e que corre na justiça e está sustado em função do nosso direito da imunidade parlamentar.

O segundo processo refere-se a um bem do município que este Parlamentar, quando Vereador da Capital do Estado, evitou que o então presidente da URBS, Senhor Bayard Osna, na gestão ainda do Deputado Maurício Fruet, se desfizesse de uma área importante do município, no Bairro do Portão, que se trata do Centro Comercial do Portão, onde está instalado hoje o Centro de Ciência da Capital, que pretendia vender ao Grupo Real da Capital do Estado e eu como Vereador não permiti, entrei com uma ação popular e que foi a primeira ação popular movida contra o Município da Capital do Estado e que eu obtive a vitória.

Nó entanto, achando-se ofendido o Sr. Bayard Osna moveu uma ação criminal contra o então vereador e radialista Algaci Túlio. É por esta razão que existe este processo também, que está sustado na Justiça. Nós ganhamos na Ação Popular e infelizmente perdemos na ação criminal, por crime de difamação e calúnia.

Agora eu entendo que esta lei que proíbe radialistas de serem candidatos ou de se falar em candidatura é uma lei absurda, porque sou dono de um programa de rádio e não posso falar que sou candidato.

Agora, se eu mandar o meu repórter aqui entrevistar o Deputado Rafael Greca, candidato a Deputado, ele pode falar no meu programa e eu não posso falar de mim, no meu programa.

Isso é um absurdo. Então, minha gente, problema de abuso econômico aconteceu em 86, aconteceu em 85, na campanha para prefeito de Curitiba, onde o município aqui e muitos parlamentares que estão nesta Casa trouxeram ônibus de eleitores para virem votar em Curitiba. Isso aí não se caracteriza um abuso econômico? E tantos outros abusos econômicos...

Acho que esta Casa tem obrigação de não aceitar que se condene um Parlamentar, quando na verdade, os maiores abusos econômicos aconteceram a nível federal, inclusive patrocinados pelo então Presidente da República, Sr. José Sarney.

Por isso, encareço a esta Casa, eu acho que o rádio tem prestado um serviço extraordinário à classe política e aqui dá até para se contar quantos Parlamentares chegaram a este Parlamento, a outros Paramentos através de programas de rádio e televisão.

O próprio Governador do Estado foi um radialista e aqui há uma série de Parlamentares que também são radialistas.

É uma campanha que se faz contra o homem de imprensa. Claro que existem abusos, existem sim, mas infelizmente não é desta forma que se vão corrigir estes abusos.

É preciso que o DENTEL exerça a fiscalização, é preciso que os meios de comunicação solicitem aos seus apresentadores, para que não cometam esses abusos.

Agora, o que não podemos aqui é condenar um companheiro nosso, um Parlamentar, porque foi envolvido num processo eleitoral onde quem sabe, num momento de despreparo até, ou de uma infantilidade de sua parte, tenha cometido um deslize.

Parece-me que nós devemos realmente aprovar, porque é uma questão de fortalecer inclusive o Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. - Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta Srs. Deputados responderam à chamada.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Registre o meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai registrar o voto contrário de Vossa Excelência, como exemplo de coleguismo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/89, de autoria do Deputado NEIVO BE-

RALDIN, que cria o Município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do Município de Guaraniaçu. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 59, de 27.06.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/89, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que cria o Município de ANAHY, desmembrado do Município de Corbélia, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 89, de 16.10.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/89, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS AMIGOS DA CULTURA UCRAÍNA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 93, de 24.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 291/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Vera Agibert, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucrâina, com sede em Curitiba.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1957, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que promove o melhor conhecimento recíproco dos brasileiros e ucrâinos, mediante a divulgação dos respectivos acervos de cultura de ambos os povos.

Assim sendo, não encontra esta Comissão de Constituição e Justiça, nada que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 17/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que assegura isenção de ICMS nas vendas de tijolos e telhas de barro diretamente da indústria ao adquirente. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 24/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI. As taxas de energia elétrica, água e esgotos nos estabelecimentos de ensino serão de responsabilidade do Governo

do Estado, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90)

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, sobre o Projeto n° 17/90, há um pedido de retirada para que as Comissões ...

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não, o pedido está na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento não chegou à Mesa. Há um sobre os n°s 38/90, 39/90, 159/90 e 160/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 36/90, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 38/90, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que dispõe sobre a isenção da taxa para exame de saúde para motoristas profissionais, conforme especifica. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e envio às Comissões competentes dos Projetos de Lei n°s 38 e 39/90, por julgar que os mesmos carecem de estudos mais apurados. Rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

12 Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte Srs. Deputados rejeitam o requerimento. - Está rejeitado.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 39/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que assegura reserva de 20% de vagas a alunos carentes nos estabelecimentos de ensino particular. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

112/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública o LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 10, de 12.03.90).

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Sr. Presidente, sobre o Projeto de Lei n° 39/90, eu consulto à Mesa se não há um requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência incluiu os dois num único requerimento e foi rejeitado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas, Sr. Presidente, eu não consigo entender que nós venhamos a votar projeto sem passar por comissão.

Olha bem, Sr. Presidente. Não é implicação com o Projeto do nobre amigo e colega Antônio Annibelli, mas como é que esta Casa vai votar garantindo 20% das vagas para alunos pobres em colégio particular?

Ora, o colégio particular é exatamente o colégio que cobra. Nós temos que garantir no colégio público, e não no colégio particular, porque o colégio particular tem cobrança, e nós vamos garantir 20% de vagas a alunos carentes nos estabelecimentos de ensino particular?

Isso é uma total incoerência com o que estamos votando.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apesar de ser matéria vencida, e o nobre Líder e meu amigo Caíto Quintana estar solicitando o item 20, quando nós já votamos o item 22.

Porém, este meu projeto é para satisfazer inclusive os Deputados colegas do PMDB, porque o Governador Álvaro Dias normalmente concedia bolsas de estudos para que os estudantes carentes viessem aos Deputados, que a única porta aberta para conversar com o Deputado é esta Casa Legislativa. E somos sabedores que Sua Excelência o Governador dá as verbas apenas aos seus apaniguados, e nós queremos fazer com que as escolas particulares que já vêm sendo alvo inclusive do Governo Federal, que tem tirado apenas uma "Casta", como diz o grande Presidente Brizola, uma elite que precisa ser igualada à população carente e pobre.

Nós, legisladores, que convivemos com o povo humilde e pobre do interior, que não pode fazer um cursinho para entrar numa universidade, nós queremos apenas 20%, que seja selecionado sem favor político do governo que estiver de plantão no Palácio Iguaçu, para que seja obrigatório, que o Governo ache um mecanismo que isente algu-

ma coisa das escolas particulares e não façam comércio como é uso e abuso neste País, principalmente no Paraná.

E como é matéria vencida, eu agradeço a unanimidade, inclusive dos companheiros do PMDB, e obrigado, Caíto Quintana, por ter votado favoravelmente também.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria a CRECHE PRÉ ESCOLAR CANTINHO FELIZ, da Penitenciária Feminina, no âmbito do órgão pertinente, conforme específica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que estabelece forma de cumprimento do Art. 176, da Constituição Estadual do Paraná, sobre a interrupção da gravidez. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e envio às Comissões competentes, dos Projetos de Lei n°s 159 e 160/90, por julgar que os mesmos carecem de estudos mais apurados. - Retirado pelo autor.

Em votação o projeto. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 160/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria albergues para atendimento de pessoas vítimas de violência nas relações familiares e dá outras providências, de acordo com o Art. 215, da Constituição Estadual. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 164/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE BIÓLOGOS DO PARANÁ, com sede nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PRAINHA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 209/90, de autoria dos Deputados HAROLDO FERREIRA e IRONDI PUGLIESI, que estabelece a forma de cumprimento do Artigos 170 e 215, da Constituição Estadual, no tocante à saúde da mulher e ao planejamento familiar, conforme específica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 23/90, de autoria dos Deputados NAMIR PIA-CENTINI e NILTON BARBOSA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ENCANTADO DO OESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 28/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Campo Mourão, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de FAROL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 46/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, (ex-Proposição n° 43/90, Mensagem n° 65/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar imóvel no Município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 28, de 27.03.90).

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 43/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 65/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, alienar ao Sr. Luiz Sartório, o imóvel constituído do lote n° 14, da Gleba n° 16, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 477.7124 hectares, conforme o disposto no art. 54, inc. XXXI, da Constituição Estadual.

Devemos salientar que a presente proposição trata de terras consideradas devolutas por decisão judicial e cuja regulamentação está se processando gradativamente tornar-se necessária a aprovação solicitada.

Por outro lado, foi o referido assunto tratado e examinado devidamente pelos órgãos competentes do Poder Executivo, no qual foram proferidos pareceres das Assessorias Jurídicas do ITCF e da Casa Civil.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

DIRCEU MANFRINATO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 47/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar imóvel no Município de Pitanga, na área que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 28, de 27.03.90).

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, eu gostaria e solicitaria a Vossa Excelência que o Deputado Caíto Quintana também reclamasse da Comissão Geral, uma mensagem do Governo.

Que também retirasse, já que Sua Excelência tem pedido sempre a retirada, porque é moral. Então, apenas aprovarmos as mensagens do Governador através do Parecer das Comissões.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Fico à disposição da Mesa da Assembléia. Acho que o procedimento normal seria exatamente passar nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1109 e 1108, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1107, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1106, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1110, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Essas Mensagens tratam da revisão orçamentária e serão apreciadas na sessão de terça-feira, dia 08 de maio.

Requerimento de n° 1077, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1101, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1086, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1099, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1097, de autoria do Senhor Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1068, 1066, 1064, 1065, de autoria do Senhor Deputado

João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1088, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1093, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1094, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1076, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1049, de autoria do Senhor Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1111, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Renato Adur, Hermas Brandão e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo para os devidos fins.

Requerimento de n° 1085, de autoria do Senhor Raul Lopes, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1060, 1061, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1062, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1067, 1063, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1102, 1078, 1079, 1080, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1076-A, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos e demais Senhores Deputados, constante do expediente. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Requerimento de n° 1081, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n°s 1089, 1087, 1082,

1083, 1084, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1017, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, terminou a votação dos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Terminou.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Rapidamente em Explicações Pessoais, apenas para esclarecer que Vossa Excelência anunciou à votação das mensagens de revisão orçamentária para terça-feira, queria registrar nesta Casa que, em momento algum a Assembléia pode ser responsabilizada pela má condução e administração e gerência do orçamento estadual. Tivemos no ano passado a votação do orçamento, houve um veto, o próprio Governador recuou e encaminhou um pedido de revisão orçamentária em 94 bilhões de cruzeiros que foi aprovado por esta Assembléia.

As mensagens que votaremos terça-feira substituem dezenove mensagens de suplementação orçamentária, encaminhada pelo próprio Governador no mês de janeiro, mês de fevereiro...

O que tenho a lamentar é que o governo, o Poder Executivo, tenham induzido empreiteiros, diretores de hospitais, diretores de escolas, que pedem carteiras, prefeitos, dando a clara noção de que a não gerência, a não ação governamental, dependia, da Assembléia Legislativa. Chegou-se a dizer que os veículos da polícia de Londrina, não funcionava porque a Assembléia não aprovava a suplementação de verbas.

Quero registrar que se esta Assembléia permitir a silenciar em relação a esta insinuação que fazia o Poder Executivo, está inserido numa argumentação maior que o Sr. Governador Álvaro Dias tece em relação a este Poder, exatamente nos momentos em que ele perde a maioria parlamentar nesta Casa, começa a atacar o parlamento, começa a dirigir, a insinuar, a acusar a Assembléia Legislativa de omissão, quando, na verdade, a omissão fez escola no Governo Álvaro Dias.

Nada me surpreende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ler nos jornais a antipatia que o Álvaro Dias tem em relação à Secretaria do Estado do Planejamento e ao IPARDES, porque para este Governo planejar é descentralizar. Na verdade, o Governador Álvaro Dias gosta de centralizar, determi-

nar que tipo de obra vai fazer; qual é o município que vai receber uma viatura policial. Imagina que o Governador chega a determinar quais os veículos que devem ser abastecidos para atender a segurança pública.

É muito fácil jogar toda a culpa no Poder Legislativo. Estaremos aqui, sempre estivemos e Vossa Excelência é testemunha da minha preocupação em que estas mensagens fossem colocadas em votação rapidamente.

Não procede portanto esta insinuação maldosa do Poder Executivo. Citei vários segmentos para que eles tomem conhecimento de que esta Assembléia jamais, em momento algum, teve o interesse de açambarcar a ação de Governo. O orçamento será aprovado a partir da semana que vem. Espero que o Governador não venha mais com este argumento, não use mais a fuga da sua má gestão administrativa atacando o Poder Legislativo, que está aqui sempre disposto a votar e cumprir a sua missão constitucional e administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As Mensagens da matéria orçamentária serão apreciadas na sessão de terça-feira, obedecendo o rito da Comissão de Orçamentos. Serão permitidas emendas dos Srs. Deputados e a Mesa vai seguir o que determina o nosso regimento Interno.

Comissão de Inquérito para apurar situação das reservas indígenas existentes em território paranaense está devidamente constituída, a Mesa vai baixar o ato necessário e publicar no Diário Oficial, após o que ela poderá se instalar. Idem com a CPI para apurar ilegalidade na exploração do jogo no Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/90

e do Projeto de Resolução n° 36/90

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n°s 159, 270, 291, 304/89, 17, 24, 36, 38, 39, 112, 158 a 160, 164, 165 e 209/90

e dos Projetos de Resolução n°s 23, 28, 46 e 47/90

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 228/90

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 03 DE MAIO DE 1990.

"ENGENHARIA NO PARANÁ ANTES DE 1930"

Luiz Carlos Tourinho

Dezde quando engenheiros trabalham no território do Paraná?

Sem dúvida, há muito tempo. O trabalho começou com os Cartógrafos, demarcadores, exploradores. A primazia cabe a Albemaz. Ao subcrever suas obras, omite o apelido Albemaz. Assinava João Tebela. Aprendeu cosmografia com seu pai, Luiz Tebela. Obteve a carta em 1602:

"Dom Felipe, etc, a quantos esta minha carta virem faço saber que João Tebela, morador e natural desta cidade de Lisboa, me enviou dizer por seu petição qu'elle aprendera muitos anos a fazer carta de marear e os mais instrumentos que pertencem a arte de navegar..."

Examinado por João Baptista Lavanha, cosmógrafo-mór do Reino, foi aprovado em maio de 1602. Sua produção é espantosa. Desenhou toda costa do Brasil. Um de seus mapas abrange grande extensão da costa sul, a partir de Iguaçu: DEMONSTRAÇÃO DO PERNAGUA E CANANEIA. Situa muito bem nossa grande baía. Indica a posição da povoação de Paranaguá, das linhas do Mat, das Cobras e das Peças. Segundo Júlio Moreira, Albemaz deve ter sido orientado por Gabriel de Lara ou Ebano Pereira, as únicas autoridades que conheciam e podiam indicar o lugar das "Minas", que figuram no planalto em letras de destaque, em consonância com outras minas que aparecem nas proximidades do rio do Pinto. Uma segunda carta - PLANTA DA BAIÁ DE PARANGUÁ - que pela primeira vez foi publicado por Moysés Marcondes, em DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO PARANÁ, 1923, é bem mais rica em detalhes. Comparando-a com a anterior, Júlio Moreira conclui ser também de Albemaz, elaborada por volta de 1603.

Cerca de 120 anos depois, em 1744, outro mapa faz referência às terras do Paraná. Trata-se da "Demonstração e configuração do caminho que da cidade de São Paulo separa a freguesia de Araraquaba do rio Tietê e Paraná até as sete quedas". Foi elaborado por ordem de sua Magestade, por J.C. e Faria, Brigadeiro do Exército. São 19 mapas perfeitamente desenhados e coloridos. O Brigadeiro Sá e Faria, em 1749 era ajudante de número de um dos regimentos de ordenanças da guarnição de Lisboa e perfeitista da Academia Militar das Fortificações. Em 21 de junho do mesmo ano foi nomeado capitão de engenheiros. Cheitou, por parte de Portugal, a 3ª Parida Demarcadora, em cumprimento ao Tratado de 1750. Coube-lhe o trecho que vai da foz do rio Igurey, a montante de Sete Quedas, até o rio Jaurú, além de Culabá, cuja demarcação iniciou em 1753. Na mesma época, 1755, Angelo Pedross elaborou um "Mapa do riquíssimo sertão de Tibagi". Dizia o texto:

"Mapa do sertão de Tibagi de veras, assim de ouro, estanho fino, antimonio excellentes, como de ferroz campos para criar animais: sabe-se que há rios de ouro, pelos ruteiros, e tradições dos antigos Paulistas, que fizerão estradas no dito Sertão, como foi o grande Governador Fernão Dias Paes".

O mesmo Angelo promete para breve "ó do morro Apucarana principal objeto e foi visto de longe no ano de 55, 1755".

Em 1759 começou o trabalho da 2ª Parida da Demarcação da América Meridional "que teve principio na boca do rio Ibicuy e terminou no seio do rio Paraná". A chefia coube a José Fernandes Pinto alpin primeiro Comissário por parte de Portugal, coronel engenheiro do regimento de artilharia, sendo segundo Comissário, Antonio Veiga de Andrada, capitão e astrônomo. Alpin é o maior engenheiro do período colonial. Foi o construtor dos Arcos da Carioca e do Paço Imperial, no Rio de Janeiro. No mesmo século esteve no nosso sertão o célebre Cândido Xavier de Almeida, descobridor dos Campos de Guarapuava, promovido a tenente-coronel pela rainha dona Maria II, em 1798. Deixa-nos a Planta do Forte de N. S. do Carmo "que fundou de novo nos campos de Guarapuava descobertos em 7 de Setembro de 1770".

João da Costa Ferreira, discípulo de Aula Militar, foi promovido a ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, em 1769. No Arquivo Militar do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional existem diversos trabalhos de sua autoria:

- Carta corográfica e hidrográfica de toda a costa de mar da Capitania de São Paulo, desde o rio Sahi extrema da capitania de pario Sui the a parte da Encosta da Bertoga...

- Cartas corográficas e hidrográficas de toda a costa e portos da Capitania de São Paulo, com as plantas topográficas das suas vilas e Fortificações respectivas.

- Carta geographica e topographica do porto e villa de Guaratuba.

- Planta topographica do porto e fortaleza de Paranaguá.

- Planta topographica da villa de Paranaguá.

Francisco José de Oliveira Barbosa, coronel do Real Corpo de Engenheiros, nos anos de 1789 e 1791 desenhou a carta corográfica de toda a costa de mar da Capitania de São Paulo, desde o rio Sahi até a enseada de Bertioga, com os "Mapas das Observações Astronômicas e os da Madeiras de ley que se achem nos Rios reservados para os costos Reaes; suas Navegações, tanto de Sumacas como de Canoas, o número de Estaleiros onde se constroem Embarcações".

Em 1816, José Pedro César de Menezes fez um mapa "estrada da Corte do Rio de Janeiro para a ilha de Santa Catharina por S. Paulo e Santos com as Villas e Freguezias, e os Rios mais consideraveis, não levando todos os moradores a evitar confusão". Este trabalho foi oferecido ao Conde de Barca. Finalmente, em 1844, como agrimensor, acompanhando o sertanista Joaquim Francisco Lopes, a serviço do futuro Barão de Antonia, o Inglês João Henry Elliot explorou os rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e outros adjacentes.

Com a emancipação da 5ª Comarca, em 1853, chegaram à nova Província muitos engenheiros. O primeiro foi o Tenente-Coronel Beaurepaire Rohan, Zacarias incumbiu-o de decidir qual das três picadas que ligavam o litoral ao planalto - Graciosa, Itapava e Araraí - seria a mais apropriada para servir de diretriz a uma estrada para veículos hipomóveis. Com o auxílio do engenheiro Francisco Villaiva, Beaurepaire desincumbiu-se da missão. Optou pela Graciosa. A construção começou em 1854, sob a direção de Villaiva. Em 1860 foi substituído pelo engenheiro Marino Chandler, que permaneceu até 1864. Neste ano foi entregue a Antonio Rebouças, que assim ingressou na história do Paraná. Tinha como auxiliares os engenheiros Luiz Pereira Dias e Gottlieb Wieland, este alemão. Em 23 de agosto de 1867, convidado para secretarizar a Missão Diplomática que visitaria as repúblicas do Pacífico, Antonio Rebouças passou a direção das obras a Monteiro Tourinho, que desde 1865 se encontrava fiscalizando a construção da Estrada Dona Francisca. Ao concluir a Graciosa, em 1873, Monteiro Tourinho foi designado chefe da construção da Estrada de Mato Grosso, que levou até Palmeira, em 1882, tendo se artilhado com o Presidente Carlos de Carvalho, foi substituído por Gottlieb Wieland.

Nesse interregno Antonio Rebouças, tendo regressado, assumiu os estudos do prolongamento da Estrada de Mato Grosso até o rio Paraná. Ao mesmo tempo, associado a Monteiro Tourinho e Maurício Schuartz, os três requereram ao Governo Imperial concessão para construção e exploração de uma ferrovia entre Antonina e Curitiba. Também aqui trabalharam, na mesma época, os engenheiros William Loyd, Inglês, Cristóvão Palm, sueco, João e Francisco Keller, alemães, interessados nos estudos de ferrovias de penetração para oeste, que deviam alcançar Mato Grosso e o oceano Pacífico. No mesmo mister labutaram Beaurepaire, Antonio Rebouças e Monteiro Tourinho. A outro lado, o engenheiro Leopoldo Weiss, apoiado pelo engenheiro Guilherme Schuch de Capanema, mineiro formado pela Politécnica de Viena, lente de Mineralogia e Física da Escola Militar, homem que instalou a primeira linha telegráfica no Brasil, avançava com as linhas telegráficas na direção de Guarapuava e Colônia Militar do Chopim.

Mas é a partir de 1880 que a engenharia no Paraná entra em ebulição. Começam os trabalhos de construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba. Chegam engenheiros estrangeiros e de outras Províncias. Dentre os principais, Ferruci, Westermann, Etienne Douat, Rodolfo Batista, Joaquim Condessa, Ernesto Lange, Ernesto Gualta, Paul Dela ante, Tedfilo Otóni Jr., Lazzarini, Lantaggio, Cunibert, Gheur e o ilustre Teixeira Soares. Dez anos depois, com o prolongamento dos trilhos até Ponta Grossa, Rio Negro e Porto Amazonas, e a construção do tronco Itararé-Uruguaçu, vieram Gaston Cerjat, Carlos Boironneau, Angelo Botuchio, Santiago Colla, Achilles Stenghel e João Carlos Gutierrez, que apesar de nascido em P. tanaguá, formou-se no Rio de Janeiro e trabalhou em outras províncias ou estados. Finalmente, como ave rara, o engenheiro mecânico Francisco de Camargo Pinto, formado na Inglaterra às expensas do Imperador Dom Pedro II. Foi o modernizador dos nossos engenhos de mato, introduzindo ao menos a força do vapor.

No final do século passado e nos primeiros anos do atual, muitos eram os engenheiros militares que trabalhavam nos sertões do Paraná. Nas colônias de Chopim e Chapecó, Bormann, SanTiago Danias, Belarmini de Mendonça, Rodolfo Cardoso de Pau Brasil, Marclano Augusto Botelho de Magalhães e o paranaguense Alberto Ferreira de Abreu. Na Comissão de Estradas Esalógicas e Linhas Telegráficas para Foz do Iguaçu, ainda o mesmo Capitão Belarmino de Mendonça. O Tenente Joaquim Firmino, abriu a picada entre o Xagu e o rio Paraná. Antonio Batista da Costa, foi o primeiro Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Ainda os capitães Frederico Rozzani, Félix Fleury de Amorim e João Gualberto Gomes de Sá.

se de todas as atividades. Ainda estavam bem vivas as lutas provocadas pela ocupação de Curitiba, pelos maragatos, com suas atrocidades, e, depois, as sangrentas represálias de alguns picapeus, quando as tropas de Gumercindo Saraiva bateram em retirada.

Também a engenharia parou, se comparada ao turbilhão de idéias e iniciativas que nasceram com a emancipação da Comarca. A Universidade só seria fundada em 1912. Os profissionais liberais de nível superior que aqui labutavam, todos, sem exceção, honraram-se fora. Os bacharéis, nas Escolas de Direito de São Paulo, Salvador e Recife. Os médicos, em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Os engenheiros, nas politécnicas de São Paulo e Rio. Os militares, a Escola Central e Itapetingo. Poucos engenheiros militares tinham residência permanente em Curitiba: Nilo Cairo, Carlos Cavalcanti, Tedfilo Garcez Duarte, Guilherme Baeta de Faria, Plínio Tourinho e Abacilio Fulgêncio dos Reis. Outros, como Daltro Filho, estavam de passagem. Nilo Cairo nunca exerceu a profissão de engenheiro. Serviu no 2º Batalhão de Engenharia até o fim da Exército, em 1914, para dedicar-se à medicina homopática. Carlos Cavalcanti e Baeta de Faria ingressaram na política. Restaram Tedfilo Garcez Duarte, Plínio Tourinho e Abacilio Fulgêncio dos Reis, responsáveis pelas obras militares. Os engenheiros civis eram em número reduzidíssimo. Afonso Augusto Teixeira de Freitas, João David Pimenta, Arthur Martins Franco, João Moreira Garcez, Adriano Gustavo Goulin, Cândido Ferreira de Abreu, Francisco Gutierrez Bellão, José Nêpoce da Silva e Carlos Roes. Uns optaram pelo serviço público - Estado e Prefeitura de Curitiba. Outros abraçaram a política. Dos estrangeiros vindo para a construção das ferrovias, Westermann, Stenghel e Gualta permaneceram no Paraná. Gualta, piemontês, major de engenharia do exército italiano prestou grandes serviços. São seus os projetos das grandes avenidas Visconde de Guarapuava, Sete de Setembro, Silva Jardim, Iguaçu e Ivaí, que atravessam a cidade do leste a oeste. Também o Palácio da Assembleia Legislativa, na rua Barão do Rio Branco. O sobrado gótico do Comendador Macedo, na esquina das ruas Quinze e Floriano. O Banco Pelotense, na esquina da Deododo com a 1ª de Março. a Vila Grotzner, na Anita Garibaldi. A Secretaria de Agricultura, na praça Carlos Gomes.

No dia 19 de dezembro de 1912 nasceu a Universidade do Paraná. Dois dias depois, pela primeira vez reuniu-se a Congregação dos Cursos de Engenharia, no prédio nº 32 da praça Tiradentes. Presidiu-a o engenheiro Civil Afonso Augusto Teixeira de Freitas, secretariado pelo engenheiro militar Nilo Cairo. Decidiu-se que o Curso de Engenharia Civil teria a duração de cinco anos, precedidos de um ano para revisão de matemática e desenho. O currículo ficou assim ordenado:

1º ano - Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria Retilínea e Esférica, Desenho Linear e de Aquarela.

2º ao - Geometria analítica e Cálculo Infinitesimal, Geometria Descritiva e suas Aplicações, Topografia e Desenho Topográfico, Contabilidade e Correspondência Comercial.

3º ano - Mecânica Geral, Física Experimental e Meteorológica, Química Mineral e Orgânica, Botânica e Zoologia Geral.

4º ano - Mineralogia e Geologia, Astronomia, geodésia e Cartas Geográficas, Grafostática e Resistência dos Materiais, Materiais de Construção e Tecnologia das Profissões Elementares e do Construtor Mecânico.

5º ano - Estabilidade das Construções, Máquinas Motrizes e Operatrizes, Hidráulica, Água e Esgoto, Arquitetura Civil, Higiene das Habitações e Desenho de Arquitetura.

6º ano - Estradas, pontes, Viadutos e Desenho de Estradas, Rios, Canais e Portos de Mar, Economia Política, Estatística e Direito Administrativo.

Para lecionar foram selecionados engenheiros civis e militares que na ocasião residiam em Curitiba. Dos militares, Mario Alves Monteiro Tourinho, que embora não sendo engenheiro, mas artilheiro, lecionou Álgebra. Manoel Carqueira de Daltro Filho, Plínio Alves Monteiro Tourinho, Guilherme Baeta de Faria, Guilherme Barbosa Fontenelle Elzenril, Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Mais tarde, Tedfilo Garcez Duarte, Amaro Soares Bitencourt, Francisco Jorge Ribeiro, Olinto D'Alva Barbalho, Sebastião Pinto da Silva, Abacilio Fulgêncio dos Reis e Armando Eugênio Marante. Dos civis, Manoel Francisco Ferreira Corrêa, Fernando Jorge de Barros, João David Pimenta, Afonso Augusto Teixeira de Freitas, Ernesto Luiz de Oliveira, José Cipriano Rodrigues Pinheiro, José Maria de Paula, Luiz Casiano de Oliveira, Artur Martins Franco, João Moreira Garcez, Adriano Gustavo Goulin, Cândido Ferreira de Abreu, Conrado Eriksen Filho, Francisco Gutierrez Bellão, José Nêpoce da Silva, Antonio Joaquim Alves de Faria, Heitor Soares Gomes, Cesar Silveira Grillo. A essa fase da vida da Faculdade de Engenharia, pelo grande número de docentes engenheiros militares, cabe a denominação de FASE MILITAR. Os professores civis afastaram-se dos mistérios da docência por motivos políticos ou particulares. Permaneceram João Pimenta, Teixeira de Freitas e Adriano Goulin. Dos militares, muitos foram transferidos, outros faleceram, como Garcez Duarte e Elzenril. No auge da crise coube a Plínio Tourinho preencher os claros. Trouxe para a Faculdade seus colegas, engenheiros militares que serviam no 5º Batalhão de Engenharia ou no Serviço Regional de Engenharia, no Quartel General. Só assim foi possível manter o Curso de Engenharia.

A partir de meados da década de vinte a Faculdade passou a ter a colaboração dos engenheiros por eles formados. É a FASE DA PRATA DA CASA. Vai estender-se até 1951, quando foi federalizado. Em 1916 formaram-se dois alunos que se matricularam no 3º ano do curso, por já possuírem disciplinas cursadas em outros estabelecimentos. Mas só a partir de 1918 começou a diplomar regularmente. Até 1930 foram 75 engenheiros civis, dos quais 11 oficiais do Exército e alguns ex-cadetes da Escola Militar de Realengo que depois voltaram às fileiras com a anistia de 1930. Eram eles: Otto Gutierrez Simas, Alberto Seggiano, Eduardo Carvalho Chaves, Altamirano Nunes Pereira, Euclides Pereira Bueno, Carlos Amorety Osório, Hernani Nogueira Zaina e Homero Abreu. Ex-cadetes Ary Saidanha Costa, Hugo de Matos Moura e Amílcar da Serra e Silva. Dos 67 restantes, permaneceram trabalhando no Paraná, os seguintes:

Turna de 1918 - Ademaro Lustoza Munhoz, João Pereira de Macedo, Lineu Ferreira do Amaral, Lisâmico Ferreira da Costa, Otávio Alencar Lima, Raul de Azevedo Macedo, Tibúrcio de Oliveira, Waldomiro Teixeira de Freitas.

Turna de 1919 - Antonio de Oliveira Portes, Joaquim Vicente de Castro e Rômulo Hartley Gutierrez.

Turna de 1920 - Antonio Garcez, Henrique Estrella Moreira e Teodoro Stresser.

Turna de 1921 - Durval de Araujo Ribeiro, Emílio Neiva de Lima, João de Macedo Souza, Joaquim Sampaio Neto.

Turna de 1922 - Eduardo Fernando Chaves e Ernesto Wilhelm.

Turna de 1923 - José Brasil Valério, Newton Balster Viana, Osvaldo Pacheco de Lacerda e Rafael Klier Assunção.

Turna de 1925 - Agnelo Ribeiro Ribas, Algacir Munhoz Mader, Ângelo Lopes, Arnaldo Isidoro Backert, Sergio Valério e Walter Scott de Castro Velloso.

Turna de 1926 - Benjamin Mourão, Bento Munhoz da Rocha Neto e Carlos Eduardo Schultz.

Turna de 1927 - Augusto Beltrão Paretta, David Cameiro e João Lourenço Constantino.

Turna de 1928 - Antonio Baptista Ribas e Hipérides Zanello.

Turna de 1929 - Olavo del Claro, Salvador Ferrante, Tadeu Wastlewski e Tobias Lacerda Gomes.

Turna de 1930 - Eduardo Jaworski, Francisco Luiz Buba e Ney de Almeida Faria.

Temos difíceis. Escassa oferta de trabalho. Nenhuma lei federal regulamentadora do exercício da profissão. A estadual, redigida pelo professor Plínio Touninho, apresentada na Assembléia Estadual pelo então Tenente Hernani Nogueira Zaina, engenheiro civil e deputado estadual, sancionada pelo Presidente Caetano Munhoz da Rocha, constituiu a primeira tentativa. Aos recém formados só restava a alternativa de emprego público, na Diretoria de Obras e Viação do Estado, no Departamento de Água e Esgoto, na Prefeitura de Curitiba ou em algum órgão federal, como os Correios e Telégrafos. Empresa privada só a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Desses engenheiros, 15 passaram a constituir a PATA DE CASA da Faculdade de Engenharia:

Ademaro Lustoza Munhoz - Física Experimental e Meteorologia.

Lisâmico Ferreira da Costa - Mineralogia e Geologia.

Waldomiro Teixeira de Freitas - Mecânica Geral.

Durval de Araújo Ribeiro - Eletrotécnica.

Eduardo Fernando Chaves - Arquitetura.

Rafael Klier de Assunção - Desenho Técnico.

Tibúrcio Carvalho de Oliveira - Geometria Algébrica e Cálculo Infinitesimal.

Arnaldo Isidoro Beckert - Física Experimental e Meteorologia.

Olavo del Claro - Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal.

Hipérides Zanello - Mecânica Aplicada.

Bento Munhoz da Rocha Neto - Geologia e Mineralogia.

Ainda os oficiais do Exército:

Eduardo de Carvalho Chaves - Estabilidade das Construções.

Altamirano Nunes Pereira - Organização das Indústrias.

Carlos Amorety Osório - Geologia e Mineralogia.

e o ex-cadete:

Hugo de Matos Moura - Termodinâmica.

só depois de 1930 começaram a surgir empresas de engenharia de propriedade de engenheiros paranaenses.

Mas, é evidente, não só de engenheiros viveu a engenharia do Paraná. Inúmeros edifícios - igrejas, colégios, hospitais, estabelecimentos militares - foram construídos desde os tempos coloniais. Elevada à categoria de Vila em 1648, Paranaguá viu construir a Capelinha sob a invocação de N.S. do Rosário de Paranaguá, em 1578, em 1731 o Paço da Câmara Municipal. Em 1740, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas. Em 1784, a de São Benedito. Também em 1740 iniciaram-se as obras do Colégio dos Jesuítas, que duraram até 1760. Mas nada se sabe a respeito dos seus construtores. Nas suas Memórias, Vieira dos Santos nada informou a respeito. É claro, vinha muitos profissionais hábeis de Portugal, sobretudo pedreiros e canteiros. Conta-nos Viterbo que José Luis Gomes "era pedreiro residente em Lisboa, e D. Sebastião o nomeou em 1571 mestres das obras da fortificação que mandava fazer no Rio de Janeiro. Tinha de orde-

nado 80%, dos quais recebia 60%, e os 20% restantes eram entregues a sua mulher, Ana Lopes, enquanto ele andasse por aquelas partes". De sorte que, enquanto não vieram à luz novos documentos, presume-se que o primeiro construtor prático de edificações a trabalhar no Paraná foi Afonso Botelho de São Payo e Souza.

Afonso Botelho nasceu em 1728, no solar de Passos, Três-os-Montes. Alferes de cavalaria, veio para o Brasil com Dom Luis Antonio de Souza, Botelho Mourão, morgado de Mateus, nomeado por D. José I, em 1765, Governador e Capitão General da Província de São Paulo. Ao chegar na vila de São Paulo, Dom Luis ficou apavorado com o que viu. Resmungava: "Estas terras estão depravadas nos costumes... A aciosidade é geral... Os que chegam do reino em pouco tempo se metem a senhores... As mulheres não têm ocupação, não costuram nem fiam. Da dificuldade para arranjo dos papéis de casamento resulta viverem todos amancebados".

É caso de perguntar: - E a Igreja? Que fizeram os padres em favor dessas populações? o Cabido da Sé de São Paulo preocupava-se com as cerimônias laudatórias ao novo governador. Nas funções eclesiásticas a que o governador assistisse, devia ser incensado na sua cadeira pelo diácono paramentado do Evangelho. Pelo subdiácono, também paramentado, receberia a paz, por instrumento, imediatamente após o bispo. Nas procissões estaria após o celebrante, com tocha acesa e precedendo a Câmara, imediatamente após o bispo...

Para tomar o ambiente ainda mais sombrio, não eram boas as notícias chegadas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O Brigadeiro José Custódio de Sá Faria atacara a vila de São Pedro do Rio Grande, ocupada pelas tropas castelhanas do General Cebalos, sem resultados. Porém, dias depois outra notícia informava que o Brigadeiro retomara o lado norte da barra do Rio Grande. De qualquer maneira urgia fazer de Paranaguá um quartel-de-inverno, para servir às tropas portuguesas no caso de uma investida dos castelhanos sobre a ilha de Santa Catarina. A construção da fortaleza da barra de Paranaguá fora cometida em 1762 ao Sargento-mór Francisco José Monteiro. Porém, homem de pouca atividade, nada fez. Foi quando Afonso Botelho recebeu sua primeira missão de engenheiro, sem ser engenheiro: Passará à Vila de Paranaguá e examinará a Fortaleza que, a sua barra se tem principado averiguando com cuidado o que se tem feito e delineando o que se deve fazer". O resto todo mundo abe. Português de extraordinário vigor físico e insuperável força de vontade, levou a obra a termo, contra tudo e contra todos.

Bem disse o padre Francisco Xavier Garcia a respeito de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão: "Não fossem os quatro oficiais que o governador trouxera, este andaria nadando sobre os assuntos como cortiça sobre a água". À sua vez, indignado, o Governador bradava: São Paulo é terra de frades, clérigos e coróinas". Cerca de 270 anos depois o interventor Manoel Ribas, ao chegar a uma cidade do interior às onze da manhã sem ver fumaça nas chaminés, exclamou: "Isso cresce que nem cola de cavalo: PRA BAIXO! Imagine-se o que ambos pensariam vendo o camaval de Salvador, Recife e Olinda persistirem por quinze dias sob os aplausos do povo brasileiro!

Na construção das primeiras estradas os práticos, como empreiteiros, prestaram grandes serviços. Em BOSQUEJO HISTÓRICO DA ESTRADA DA GRACIOSA, de 1882, Monteiro Tourinho fala de muitos deles. Em 1862 o Tenente-Coronel Manoel Gonçalves Marques contratou a execução de 1.413 braças, desde o Taquari ao Corvo. O Tenente Coronel Manoel de Oliveira Franco, 1402 braças, do Corvo a Pedra Lavada. Em 1863 Manoel Antonio Cordeiro e Bento de Almeida contrataram a construção de 1832 braças entre Pedra Lavada e Barreira. a ponte sobre o São João foi construída por Cândido Machado Fagundes, e a de São João de Antonina por Florisbello Couto. Na Pedra Lavada, abaixo da empreitada do Tenente Coronel Franco, Leandro Lisboa empreitou 319 braças. Em 1870, na administração de Afonso de Carvalho e Emelino de Leão, sendo diretor das obras Monteiro Tourinho, foram adjudicados serviços a Albino Schimmelfeng, Jacob Hey, José Leonardo da Silva, Ramos Picallores, Fernando Scheneider e Silva. Pontes. O ramal para

Porto da Cima foi contratado com Jorge de Drusina. O Morro do Bicho não encontrou contratante. Na Estrada de Mato Grosso, também sob a direção do engenheiro Monteiro Tourinho, trabalharam em empreitada Albino Schimmelfeng, Jacob Hey, Brigadeiro Franco e Lino Ferreira. No mesmo final do século Monteiro Tourinho projetou e construiu o quartel do 3º Corpo de Cavalaria Ligeira. O engenheiro italiano Cuniberti, a primeira estação ferroviária de Curitiba. O engenheiro alemão Gottlieb Wieland, a Igreja da Comunidade Alemã Evangélica. O arquiteto francês Monsieur Du Plat, a nossa Catedral. O engenheiro Terésio Porto, o Hospital de Caridade. Mas a construção propriamente dita desses edifícios foi trabalho de experientes mestres de obras. Dentre eles Cristian Augusto Strobel, Emil Voss, H. Vosgrau, W. Krueger, E. Gaensly e R. Strobel. A Deustsch Schul, iniciada em 1891, projetada pelo engenheiro Carlos Schumann, foi construída pelo pedreiro Wilhelm Krueger e carpinteiro Roberto Strobel. A casa que Augusto Stelfeld construiu em 1863 na praça Tiradentes foi projetada por Gottlieb Wieland. Os alicerces, feitos pelo pedreiro Frederico Wameck. As paredes pelo construtor Moreira. Para os trabalhos de carpintaria Wieland mandou buscar em São José dos Pinhais o alemão Cristian August Strobel, experiente profissional. Este carpinteiro não só trabalhou na construção da Farmácia Stelfeld, mas

também nas obras da Santa Casa, da Cervejaria Leitner, da Igreja Luterana e em pontes da estrada da Graciosa. Na construção da Catedral, fiscalizada pelo engenheiro millar Rodolfo Pau Brasil, tendo como auxiliar e chefe da sala de desenhos detalhados o engenheiro italiano Giovanni Lazarni, que para aqui veio com Ferrucci, houve problemas de rachaduras. Foi solicitada a assistência de Wieland. Este imediatamente convocou o mestre de carpintaria Henrique Henning. Ele não chegou a ver a obra concluída. Tendo transferido sua residência para Serrão, ali foi barbaramente assassinado, ao que parece por motivos políticos, tendo seu matador levado sua cabeça. A Sociedade Deutscher Sängerbund foi projetada pelo arquiteto Rudolf Lang. O serviço de pedreiro realizado por Wilhelm Krueger. O de marcenaria por Rodolfo Roseman. O de carpintaria por Cristian August Strobel.

§

Na Finlândia e na Rússia a casa de madeira de troncos horizontais pertence à paisagem da grande floresta setentrional que outrora cobria toda a extensão da Europa nórdica. Nas estepes cobertas de graminhas, de solos negros - tchernozioms - a isba era construída com argamasas de terra seca e palha. Ao longo do Mediterrâneo - Espanha, Provença, Língüria, Calábria, Dalmácia, Bósnia, Herzegovina, sicília, Grécia, Jerusalém, Tunísia e Algéria - não importa a vegetação original, predominou a casa de pedra, que permite variações mais caprichosas que a madeira.

Aliás, das artes como produto do espírito humano, a arquitetura é a que se encontra mais próxima da atividade diária do homem. O contacto entre o homem e a casa não só é duradouro, como íntimo. Nele ele se abriga, como se veste e se arma para cobrir-se nas intempéries e defender-se dos inimigos. A família, criou a casa individual. Com o tempo o homem aperfeiçoou a técnica de trabalhar com materiais lenhosos e minerais.

Elevada a categoria de vila em 1693, em 1853 Curitiba não possuía mais de 300 casas. O povoamento começou em 1647, o que dá em média 15 casas construídas por ano. Os primeiros brancos que subiram a Serra do Mar toparam com um planalto inteiramente coberto de denso pinheiral, exceto algumas manchas de campos. A notícia de tal forma impressionou os reis que o Marquês de Pombal, em 1764, determinou que se examinasse a qualidade do pinheiro. A tarefa, por ordem do Conde de Cunha, coube ao mestre Antonio José Lisboa. Amostras foram mandadas a Lisboa. O resultado foi a construção da nau São Sebastião, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, com pinheiro do Paraná transportado até Paranaguá através das picadas existentes da Serra do Mar.

Não obstante a imensa floresta de pinheiros, as primeiras casas de Curitiba não foram construídas com madeira. Ou eram de pedra ou de pau-a-pique. Essa fato Varnhagem acusa de servilismo ao sistema de construção de Portugal. Ao visitar-nos, em 1820, Saint-Hilaire contou cerca de 220 casas, cobertas de telhas, quase todas do rez-do-chão, na maioria de pedra. Ainda hoje vê-se no Largo Coronel Enéas, mais conhecido por Largo da Ordem, esquina da rua São Francisco, uma construção que talvez seja a mais antiga existente na cidade, com exceção da Igreja Terceira de São Francisco. Telhados de goivas em quatro águas, beiral, arcos abatidos sobre portas e janelas, paredes de pedra e barro, pedestal de granito na quina que dá para a rua São Francisco. O estilo é bem português. Mostra ter a tradição sobrepujado o meio, de fato, as casas portuguesas do vale do Douro foram construídas com blocos de granito esquadrejados, postas a seco uma sobre as outras. O português se revelou hábil canteiro. As três igrejas existentes na cidade em 1853 eram de alvenaria de pedra. Também as ruínas do Convento do Alto de São Francisco. Poucos eram os sobrados. Um no próprio Largo da Ordem. Outro, que pertenceu a dona Angélica de Biang. Um terceiro, no atual Largo Dezanove, que então se estendia até a rua do Açugui. E o de José Nabo, na rua das Flores, no qual Zaccarias instalou o governo. Todos foram construídos com pedra. Aliás, se havia fatura de madeira, Curitiba também dispunha de muita pedra, areia e cal.

A chegada dos imigrantes alemães, poloneses e italianos modificou a paisagem. Generalizou-se nos arredores da cidade a casa de madeira. Casa do alemão, casa do polaco, casa do italiano, com varanda externa, telhados, quatro águas, duas águas, meia água e até telhados bem mais recônditos. Dizer de Alvir Riesenbeg, representa mais um aspecto da adaptação do homem ao meio ambiente e traduz uma característica cultural nova desenvolvida em função do pinheiro. Eram cobertas com taboas de pinho ou telhas. O pinho, sendo madeira mole, pode ser serrado a mão. O taboado e os vigotes eram fabricados em casa. Nem havia necessidade de soalho de macho-e-fêmea. Usava-se soalho de junta, cujas tábuas têm seção normal retangular, sendo sambladas por simples encosto de uma às outras. As janelas em geral do tipo guilhotina. Porém, nas ruas principais, persistia a predominância das casas de material. Com uma diferença. Os construtores alemães de uma maneira geral foram substituídos pelos italianos. Os Malsbenden, Strobel, Born, Gebauer, Herman, Hanke, embora continuassem trabalhando, cederam lugar aos Thä, Muzzillo e Bergones.

Maurício Thä é piemontês. Fundou sua empresa de construção em

1895. Em Rio Negro construiu o Hospital. Em Paranaguá, o Mercado Municipal e a rede de água e esgoto. Em Curitiba, belíssima residência ainda existente na rua Comendador Araújo 1387. O Cine Teatro Central, na Quinze esquina da travessa Oliveira Belo. Faleceu em 1922. A firma passou para seus filhos Orestes, Mikere... Vai ganhar importância depois de 1930.

José Muzzillo nasceu em São Pedro do Tanagro, Itália. Construiu a residência dos governadores Afonso Camargo, na Praça General Osório e Caetano Munhoz da Rocha, no Bacacheri. A Escola Normal de Curitiba. A Secretaria da Fazenda. O Convento das Penitencistas. O Reservatório de Água. Com a morte do seu titular a firma extinguiu-se logo depois do começo de 1930.

O mais importante, na década, foi Bórtolo Bergones. Construiu a sede da Universidade do Paraná. O edifício em cimento armado do Banco francês e italiano. A antiga sede do Clube Curitibano, na rua Quinze. O edifício "A Predial", também na rua Quinze. A Igreja da Imaculada Conceição de Maria. A sede do Banco Francês e Italiano da Ponta Grossa. O engenho de Leão Júnior. Pavilhões na Santa Casa de Misericórdia. Instituto Nêo-Pitagórico. Colégio do Sagrado Coração de Jesus e dezenas de prédios e residências em todos os bairros da cidade. Mas também a sua empresa não resistiu à sua morte, após 1930.

§

Dezembro de 1928. Dentro de alguns dias eu completaria 15 anos. Havia concluído o curso ginasial. Preparava-me para o vestibular da Faculdade de Engenharia. Durante toda a manhã meu pai estivera me explicando algumas questões de Geometria Analítica, matéria do exame. Até hoje me recordo:

"Não esqueça. Toda curva plana é representada analiticamente por uma equação a duas variáveis. Portanto, toda equação a duas variáveis é representada geometricamente por uma curva plana".

Onze horas. Saímos a dar uma volta em torno do gradil que cercava o Mercado Municipal. Paramos, para ele acender o cigarro, defronte da casa da professora Julia Wanderley, falecida em 1918. Ali residia seu marido, o alemão Frederico Petrich. Acompanhando o alinhamento tortuoso da velha rua Barão do Serrão Azul minha visão esbarrava no vulto enviezado da Catedral. O sol, que àquela hora há muito vencia a muralha da Serra do Mar, iluminava a fachada leste do templo. As torres, terminadas em esteras metálicas, sobrepunham o casario da praça Tiradentes, velhas residências térreas cobertas de goivas limosas, sobradinhos achatados por medíocres pés-direito, e uns tantos edifícios modernos, mais elevados em altura, ocupados pela Livraria a Polaca, Casa Schmidt, de louças e ferragens, Alfaiataria Bom Marchê. Este último, na esquina da 1ª de Março, confrontando com a sede da Sociedade Thalia, era o mais elegante, o mais bonito. Quatro pavimentos e um sótão. A loja no rez-do-chão tinha vistosa placa pintada a óleo:

ALFAIATARIA BOM MARCHE
COMPLETO SORTIMENTO DE CASEMIRAS
SARJAS E OUTRAS FAZENDAS
PREÇOS RAZOAVEIS
MARTIN SCHINDA

o substantivo francês *marchê* qualificado pelo adjetivo português bom.

Depois de algumas pitadas meu pai apontou para a empoeirada rua Cândido de Abreu, que começava na Escola Alemã e acabava no Campo do Paraná. Disse-me:

- Alfredo d'Escagnole Taunay, mais conhecido por Visconde de Taunay, autor de diversos livros que lhe deram merecida fama - A Realidade da Laguna, Inocência... - engenheiro militar, foi presidente da nossa Província em 1885. Embora reduzido o tempo que exerceu tão importante cargo, prestou grandes serviços à nossa cidade. A ele devemos a transformação do extenso banhado que margeava o rio Belém, no aprazível logradouro do Passeio Público. A Praça Tiradentes, conhecida por Largo da Matriz, não passava de um chafariz potreiro. Mandou cercá-la para impedir que continuasse a servir de pasto aos animais. Construiu a ponte sobre o rio Ivo, na atual praça Zaccarias, que ficou conhecida por Largo da Ponte. A rua da Imperatriz - hoje Quinze de Novembro - foi prolongada para ambos os lados. Recomeçou as obras da Catedral, que se encontravam paralizadas, mas mandou modificar o projeto, confiando sua execução ao engenheiro e arquiteto João Lazarni. Reorganizou e regulamentou a Biblioteca Pública. Fundou diversas Sociedades de Imigração e os núcleos Santa Gabriela, Barão de Taunay e Alfoa, este em terras de sua propriedade que doou à Província.

Enquanto ele falava eu observava o trabalho do empregado da chácara do Schaffer. Ordenhava a vaca leitara em plena rua. Serviço feito na cara do consumidor. Embora de excelente aparência e melhor paladar, o leite devia vir misturado a urina, bosta e poeira...

Meu pai prosseguiu.

- Numa das crônicas que reuniu no livro intitulado, VIAGEM PELO SERTÃO, após tecer os mais rasgados elogios a Monteiro Tourinho, a quem, na sua opinião, a Província devia os mais afortunados agr-

vigas, condenou-o por ter introduzido o mau costume de jogar pedras no leito das estradas, à guisa de macadamização, esperando que as viaturas completassem o serviço, triturando-as e comprimindo-as.

- Não é o que a Prefeitura faz ainda hoje? - antequel.

Jogou o cigarro fora.

- Hoje a Prefeitura e o Estado dispõem de rítos compressores. Na-quele tempo a Província não dispunha desses recursos. É o mesmo que condenar Napoleão por não ter usado o canhão Krupp na invasão da Rússia. Não tinha recursos nem para adotar outro tipo de pavimento, como esse formado de peças postas à mão e escoradas umas contra as outras, como se faz com o calçamento de paralelepípedos...

- Nome grego ou latino?

- Grego. PARALLELEPIPDON, do paralelos, isto é, paralelo + epi-don, superfície unida, mas também pelo latim tardio *paralelepipedus*... Mas vamos adiante. Deixemos o latim e o grego para o padre Olímpio... Se você deseja ser engenheiro, precisa aprender. Essas peças sendo justapostas e recebendo isoladamente uma em seguida das outras as cargas que circulam, transmitem integralmente as pressões ao subsolo. Daí a necessidade de intercalar entre o solo e cada peça uma camada de material capaz de repartir as pressões, o que encarece a obra. A prática do calçamento a paralelepípedo devemos muito ao italiano Raphael Francisco Grecca. Chegou ao Brasil em 1891. Para ajudar o pai, chefe de numerosa família, começou a trabalhar em pedreira de cantaria. Foi um dos pioneiros no Paraná. Mas não é apenas um fazedor de paralelepípedos. É um artista. Constrói pedestais para monumentos, escadarias, marcos, mausoléus, testas de cantaria para boeiros, de estradas...

- É a pedra, de onde vêm?

- O nosso Estado não é só terra de pinheiros. A Serra do Mar guarda milhões de metros cúbicos de gneisses, granitos e diabase. Também aqui, nos arredores de Curitiba, essas rochas afloram, como acontece nas pedreiras do próprio Grecca, do Bórtolo Gava, da Prefeitura, na Cruz do Pilarzinho... onde o Saporski estabeleceu os colonos poloneses vindos de Brusque. Já nos Campos Gerais elas não afloram. Meu pai construiu a ponte sobre o rio dos Papagaios e os muros de arrimo da subida da Serra do Porunã com blocos de arenito...

- ...ponte que o Imperador afirmou que não duraria muito tempo...

- Vai atravessa este século...

Acendeu outro cigarro. Continuou.

- Mas ser engenheiro não é só projetar e executar obras. É otimizar. Saber usar judiciosamente os materiais locais. Diz o ditado: **Quem não tem cão caça com gato**. O problema surge quando se quer realizar a transformação de um estado de coisas para outro. Sempre o engenheiro vai encontrar o número muito grande de soluções alternativas. Então deve estabelecer critérios. Mas esses critérios sofrem condicionantes. Para reduzir os custos dos pavimentos surgiram outras alternativas. Depois de 1820, em substituição ao processo que levou o nome do engenheiro francês Trésaguet, que vinha sendo usado desde 1755 nas estradas da Europa - as pedras, embora de formas irregulares, eram colocadas à mão. Então surgiu o processo idealizador pelo engenheiro escocês Mac-Adam - que deu origem ao nosso verbo **macadamizar**. As pedras são lançadas na caixa aberta no leito, comprimidas, e depois revestidas com saibro, comprimido em seguida. Mais tarde, ainda na Europa, esse asfalto em origem no betume, rocha calcária impregnada de hidro-carboneto...

- Como o prefeito Moreira Garcez está fazendo na rua Quinze...

- Exato. O asfalto não só elimina a poeira, como reduz o atrito de rolamento dos veículos. O asfalto da rua Quinze é diferente. Base de concreto ciclópico e capa com uma mistura que se chama cimento asfáltico. Muito mais rápido na execução que o calçamento a paralelepípedo, muito mais higiênico e resistente que o macadame, acredito que, como já acontece nos Estados Unidos, em breve as nossas estradas estão asfaltadas. É o caminho natural, ao se substituir a tração animal pela tração mecânica...

§

A década chegava ao fim. O Paraná assistia à construção da Usina de Chaminá, no rio São João, tributário de Guaratuba, sua primeira hidrelétrica. A CASA CHAVES, de Gastão Chaves & Comp, cujos titulares eram o engenheiro eletricitista Gastão Chaves, formado nos Estados Unidos, e o engenheiro civil aplicado à arquitetura, Eduardo Fernando Chaves, além do comércio de artigos elétricos começava a ensaiar a fabricação de aparelhos de aquecimento de água e de ambientes. Na parte arquitetônica, Eduardo, além do projeto da residência do Presidente Munhoz da Rocha, realizada também o da nova sede da agência do Banco do Brasil, na Praça Tiradentes. Na rodovia de ligação Morretes-Paranaguá, as pontes de madeira foram sendo substituídas por outras de concreto armado, o taboleiro sustentado por vigas em treliça, calculadas e construídas pelo engenheiro Carlos Rosa. Na esquina da avenida Luiz Xavier com a praça General Osório, o engenheiro Moreira Garcez, então Prefeito de Curitiba, levantara o célebre Edifício Garcez, de 8 pavimentos, o mais alto da cidade, e que por isso foi dispensou de pagar imposto predial! Os curitibanos orgulhavam-se. Nem Ponta Grossa, nem Paranaguá possuíam edifício tão alto. Porém, pela sua natureza, a mais importante obra da cidade foi, sem qualquer dúvida, o EDIFÍCIO FERES MERHY, também na avenida Luiz Xavier, esquina da travessa Oliveira Belo, de 5 pavimentos, em cujo interior inseriu-se o TEATRO AVENIDA.

§

Para Curitiba o Teatro Avenida foi um monumento. A construção ficou a cargo da firma Borótolo Bergonse & Comp. O projeto, o cálculo estrutural, a fiscalização, sob a responsabilidade do engenheiro Bernardino d'Oliveira. Nascido em 1894, em Murça, Trás-os-Montes, antes de vir para o Paraná Bernardino trabalhou em estradas de ferro na África Oriental Portuguesa e em Minas Gerais. Aqui começou no ramal do Paranapanema e de Guarapuava. Mas sua obra prima foi o teatro. Projetou-o com o prazer espiritual de quem semeia cultura. O segundo pavimento ou quarto? - era sustentado por vigas de concreto armado de 22 metros de vão livre. Uma ousadia para a época, em Curitiba. As frisas, por vigas em balanço, com 8 metros de comprimento. A abóboda, iluminada indiretamente por refletores, pintada no estilo barroco, adornada com alegorias representando a Arte, a Música, a Poesia. O palco ocupava 575 m², com sanitários e camarins. A segunda platéia ficava no terceiro pavimento, por cima das frisas e balcões, também sustentada por vigas em consolo. Pouco mais alto que a platéia, o foyer, novidade para nossa cidade. A inauguração deu-se no dia 8 de abril de 1929. Veio a companhia de revista Tró-lô-lô. Cerca de 3 mil pessoas compareceram ao espetáculo. Nem podia ser diferente. Pela primeira vez os curitibanos assistiam a apresentação do NÚ ARTISTICO. e